



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**

**FEIRA DE AGRICULTURA FAMILIAR DA UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO (UFRRJ) COMO
POTENCIAL ESPAÇO DE ENSINO-APRENDIZAGEM:
POSSIBILIDADES E REFLEXÕES**

Elaborado por

Stéfane Ketlyn de Oliveira

Orientadora

Profa. Dra. Anelise Dias

Seropédica – 2017

STÉFANE KETLYN DE OLIVEIRA

**FEIRA DE AGRICULTURA FAMILIAR DA UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO (UFRRJ) COMO
POTENCIAL ESPAÇO DE ENSINO-APRENDIZAGEM:
POSSIBILIDADES E REFLEXÕES**

Monografia apresentada como requisito parcial para
obtenção do título de Licenciada em Ciências
Biológicas

Abril – 2017

**FEIRA DE AGRICULTURA FAMILIAR DA UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO (UFRRJ) COMO
POTENCIAL ESPAÇO DE ENSINO-APRENDIZAGEM:
POSSIBILIDADES E REFLEXÕES**

STÉFANE KETLYN DE OLIVEIRA

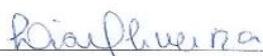
MONOGRAFIA APROVADA EM: / /

BANCA EXAMINADORA:

PRESIDENTE/EXAMINADOR


(Professora Doutora em Ciências-Fitotecnia, Anelise Dias, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

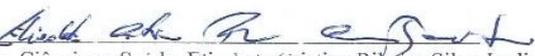
MEMBRO TITULAR:


(Professora Doutora em Ciências Sociais em desenvolvimento, agricultura e sociedade, Lia Maria Teixeira de Oliveira, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

MEMBRO TITULAR:


(Doutora em Educação, Edilene Santos Portillo, Universidade Federal Fluminense)

MEMBRO SUPLENTE:


(Doutora em Educação em Ciências e Saúde, Elisabete Cristina Ribeiro Silva Jardim, Universidade Federal do Rio de Janeiro)

A minha ancestralidade, que semeou em minha
existência um olhar sensível e amoroso à vida.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço as minhas raízes ancestrais, a materna, paterna e fraternas. Por partilharem, nesse nosso percurso de vida, sementes que germinam determinação, força, carinho, atenção, sensibilidade e amorosidade na forma de enxergar e viver essa vida.

Agradeço à todos os educadores-educandos com os quais me deparei na educação formal, que acreditaram em seu potencial transformador e encantador em suas atividades. Destacando meu carinho às educadoras Anelise, Lia, Bete, Edilene e à tantos outros dos quais tive o prazer de compartilhar momentos.

À educação não formal e informal. Ahhh, sou e serei eternamente grata a todos que cruzaram o meu caminho nessa vida terrena com os quais compartilhei e obtive saberes. Todas as rodas de conversa no corredor, no balcão do bar, nas feiras, nas festas, no por do sol, os grupos de estudos, as inúmeras conversas em filas e ônibus, enfim, todos os momentos de partilha de experiências. Em especial ao Grupo de Agricultura Ecológica (GAE), que me possibilitou a abertura de uma janela na qual visualizei um horizonte encantador e transformador.

Agradeço a todas as mulheres com as quais morei/convivi e pude compartilhar o processo de amadurecimento diariamente, seja no exercício da paciência quase inesgotável ou no real sentimento de admiração e respeito. Alojamento f4-206, agradeço a todas com quem convivi por, de alguma forma, contribuir no meu processo de formação pessoal. Mas, dedico especialmente meu carinho a Mery, Ingrid, Carol, Kelly, Flávia, Yoshi, Laís, Sophie, Vanessa, Lu, Leylle e Tabatha. Alojamento f4 – 103 vocês me enriqueceram de uma forma que jamais poderei agradecer. Mostraram-me o que é a força da fraternidade e amizade feminina, que ela existe e inunda todas nós quando estamos disposta a fazer dar certo. Desse jardim presenciei o alvorecer do amor sincero e real. Agradeço a cada uma de vocês, amoras. Josi, Iza, Bia Lua, Tay, Tota, Lu, Bia GAE, Mel e também as flores visitantes e àquelas que já estão em outros jardins.

Agradeço a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro por me apresentar realmente uma universidade de conhecimentos, em seus espaços formais, e principalmente, os não formais e informais.

Obrigada as agricultoras/es com os quais pude ter contato dentro e fora da universidade. Pelos inúmeros conhecimentos aprendidos e construídos. Por fazer intensificar a clareza dos meus objetivos e valores de vida. Vocês fazem parte dos que me recordo enquanto reais educadores.

Nesse momento, de reflexões e fechamento de ciclos, trago em palavras meu carinho e agradecimentos a Flor que embelezou ainda mais meu jardim nesse trajeto da vida. Compartilhando de companheirismo, angústias, alegrias e, com muito amor e flexibilidade, nos permitindo formar e ser formados.

É inevitável que agora passem em minha cabeça inúmeras histórias, situações e pessoas incríveis com as quais pude ter o privilégio de compartilhar o mesmo “espaço-tempo” da vida, além das já citadas. Simplifico meus agradecimentos: vocês são quem dão intensidade as cores de meu canteiro de flores. Gratidão.

RESUMO

Historicamente os espaços de feiras apresentam características de sociabilidade, economia, cultura que permearam as atividades e origem de povos e cidades. Podendo ser entendidos assim como locais possuidores de particularidades que perpassam as questões econômicas. Nesse entendimento, esse trabalho pautará através de seu estudo bibliográfico e análise de questionário quali-quantitativo, aplicado na comunidade acadêmica da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, o objetivo de visualizar a percepção do consumidor sobre feiras. Utilizando esse para nortear e traçar estratégias de mobilização e conscientização para uma cultura de consumo político em prol da agricultura familiar. Propondo ações que sejam realizadas no próprio espaço de feira, através de um olhar sensível pautado na educação popular, não formal e informal. Como resultado foi possível observar que: houve relativa equiparidade entre o sexo dos entrevistados, cerca de 40% mulheres e 60% homens; em relação a faixa etária, dentre os professores, técnicos e terceirizados, houve variação de 20 a 74 anos e entre os estudantes de 17 a 47 anos; 90% não se consideram moradores de Seropédica; houve variação de 30-48% daqueles que alegam realizar feira, em todas as categorias; mais de 50% dos entrevistados em cada categoria relacionam feira com a economia local (com exceção dos terceirizados); mais de 80% dos entrevistados apontam que todos os feirantes são produtores e pequenos produtores; cerca de 60% dos estudantes e docentes associa aos produtos orgânicos ao passo de 26% dos terceirizados; a associação com a confiança é baixa; feira com meio ambiente é menor do que 50% para todas as categorias, principalmente entre os terceirizados (11%); mais de 50% dos estudantes e professores sustentam correlações entre os espaços de feiras e a produção orgânica, mudanças na economia local e na agricultura familiar. Conclui-se a suma importância que, para além dos aspectos econômicos, as feiras sejam vistas em sua totalidade de espaços formativos e alvos de iniciativas que visem construir um espaço cada vez mais rico em cultura e atos políticos.

Palavras-chave: Educação popular. Educação não formal. Feiras de agricultura.

ABSTRACT

Fair places historically have characters of sociability, economy, culture that permeated the activities and origin of people and cities. They can be understood as places with particularities that overcome economic issues. In this understanding, this work will guide through bibliographic study and qualitative-quantitative questionnaire analysis, applied in the academic community of the Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, aiming to visualize the consumer perception about fairs. Using this to guide and strategize mobilization and awareness for a culture of political consumption in favor of family farming. Proposing actions that are carried out in the fair space, Through a sensitive look based on popular education, non-formal and informal education. As a result, it was possible to observe that: there was relative equality between the sex of the interviewees, about 40% women and 60% men; in relation to the age group, between the teachers, technical and outsourced workers, there was variation from 20 to 74 years and among students from 17 to 47 years; 90% do not consider themselves residents of Seropédica; there was variation of 30-48% of those who claim to attend fair, in all categories; more than 50% of respondents in each category relate fair to the local economy (except outsourced); more than 80% of interviewed indicate that all farmers are producers and small producers; about 60% of students and teachers associate the fair with organic products, whereas 26% of outsourced; the association with trust is low; with less than 50% for all categories, mainly among outsourced workers (11%); more than 50% of students and teachers support correlations between fairs and organic production, changes in the local economy and family farming. The conclusion was that, in addition to economic aspects, the fairs are seen in their entirety as formative spaces and targets of initiatives aimed at building a space increasingly rich in culture and political acts.

Keywords: Popular education. Non-formal education. Agricultural fairs.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 EDUCAÇÃO POPULAR: ASPECTOS GERMINATIVOS.....	14
1.2 EDUCAÇÃO POPULAR: SEU FLORESCER METODOLÓGICO.....	24
1.3. EDUCAÇÃO POPULAR: JARDINS PARA CULTIVO	29
1.4 FRUTOS E ENCANTOS: FEIRA DA AGRICULTURA FAMILIAR NA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO, <i>CAMPUS</i> SEROPÉDICA (FAF-RURAL)	35
2 MATERIAL E MÉTODOS	41
2.1 PESQUISA DOCUMENTAL E PARTICIPANTE POR OBSERVAÇÃO.....	41
2.2 ENTREVISTAS.....	42
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO	43
3.1 Temas transversais e ensino de Ciências/ Biologia	43
3.2 Entrevistas.....	49
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
5 ANEXOS	57
6 REFERÊNCIAS.....	59

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Facilitação gráfica da estruturação básica das reuniões realizadas semanalmente pelo Grupo de Agricultura Ecológica (GAE) na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Fonte: Bianca Santana.....	36
Figura 2 - Assembléia deliberativa da FAF-Rural, realizada na UFRRJ, no dia 15/03/2017..	38
Figura 3 - Representação gráfica da identidade da FAF-Rural, deliberada em assembléia no dia 15/03/2017	38
Figura 4 - mapa representativo do posicionamento das residências das agricultoras e agricultores participantes atualmente da feira em relação ao campus da UFRRJ (Seropédica)	39
Figura 5 - Registro do jardim interno no prédio principal da UFRRJ/ Seropédica em dia de realização da Feira da Agricultura Familiar no mês de setembro de 2016	40
Figura 6 - Registro corredor interno do prédio principal da UFRRJ/ Seropédica em dia de realização da Feira da Agricultura Familiar no mês de setembro de 2016	41
Figura 7 - Registro realizado na FAF-Rural em setembro de 2016, no qual é possível visualizar grupos de interações entre estudante, professores, agricultoras (es).....	44
Figura 8 - Registro realizado na FAF-Rural em julho de 2017, mostrando turma de Mestrado Profissional em Agroecologia do Instituto Federal do Espírito Santo, trazida por professor da Embrapa responsável por uma disciplina de vivências para ter um espaço formativo na FAF-Rural.....	45
Figura 9 - Registro realizado no mês de novembro de 2016, no qual a turma do Ensino Médio do Colégio Alvarina de Carvalho Jannotti participou de um espaço formativo desenvolvido na FAF-Rural	45
Figura 11 : Registro realizado na FAF-Rural em outubro de 2016, no qual agricultora e consumidora debatem sobre o consumo de alimentos vivos, sua produção, benefícios, malefícios, além de trocarem diversas receitas e dicas de consumo.....	46
Figura 12 : Registro realizado na FAF-Rural em outubro de 2017, no qual agricultora apresenta seus produtos, correlacionando-os com o método de produção e, ainda, ensinando os nomes e suas propriedades	46
Figura 13 : Resultados da pesquisa sobre as feiras livres na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica. Porcentagem de indivíduos entrevistados agrupados por categoria de análise.....	50
Figura 14 : Esquema didático das 10 qualidades da Agricultura familiar. Fonte: Cadernos de Debate da AS-PTA n. 1 • Fevereiro de 2014.....	53

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Analfabetismo na faixa de 15 anos ou mais – Brasil – 1900/2000.....	16
Tabela 2: Pesquisa sobre as feiras livres na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica. Número de indivíduos e percentual de entrevistados por categoria.....	43

1 INTRODUÇÃO

Hoje, observando minha trajetória, a partir do momento em que conscientemente iniciei a preparar-me para ingressar na universidade e os processos após essa conquista visualizo dois momentos de muito conflito. Em ambos, no entanto, é possível destacar questionamentos com vieses semelhantes, como: o porquê de tanta competitividade para alcançar um espaço público de ensino? Por que tantas pessoas não chegam a essa etapa (universidade)? Por que ela parece ser o único caminho para se conquistar o “sucesso” na vida? Quais seriam esses outros caminhos? O que determina esses parâmetros de relevância? E os saberes que não estão nesses espaços? Quem foram os excluídos? Por quê? Qual é o meu papel enquanto universitária? Como utilizarei os conhecimentos adquiridos no curso universitário de Ciências Biológicas? Qual é meu papel social?

Em meio a tantos outros questionamentos, iniciei o curso com a certeza que este me traria ferramentas com as quais pudesse realizar posteriores mudanças em aspectos sociais, principalmente àqueles voltados à questão ambiental. Contudo, a vivência em sala de aula me mostrou que, em sua grande maioria, o levar das atividades em moldes “academicistas”, de pouca flexibilidade de debates e intervenções dos estudantes, pouco sanava minhas inquietudes. Frustrei-me inúmeras vezes. Mas, dessas frustrações busquei ânimo para iniciar uma procura por espaços coletivos que se propusessem a debater tais questões. Foi então que conheci, através de uma conversa informal, o Grupo de Agricultura Ecológica (GAE) que atua na universidade com o intuito de conhecer, estudar e difundir a agroecologia. Apesar desse se localizar dentro do campus, em seus espaços pude vivenciar uma experiência especial de horizontalidade, flexibilidade em uma busca de conhecimentos que os espaços formais da universidade não proporcionavam.

Passado algum tempo compondo o coletivo, absorvendo, doando e transformando energia pude vivenciar experiências fora dos muros da universidade que me aproximaram de questões envolvendo a “terra” e a construção de saberes. Experiências essas que me fizeram olhar com mais sensibilidade e enxergar o mundo de sabedorias populares que existe disseminado nas atividades cotidianas do povo brasileiro. Ao passo que aguicei ainda mais minhas curiosidades lendo sobre educação popular e vivenciando o quanto mais era possível desses espaços. Foi então, que soube e me envolvi como bolsista em um projeto que desenvolveria uma feira da agricultura familiar dentro do campus juntamente com agricultoras e agricultores da região.

Nesse momento, fazendo uma reflexão sobre este assunto ao final de meu curso de graduação, decidi aprofundar nesse tema, que, de certa forma, me aproximou da Licenciatura em Biologia. Os questionamentos acerca das relações sociais e suas repercussões nas ações de construção de conhecimentos populares, bem como sua valorização e divulgação foram os grandes impulsionadores do início e conclusão desse trabalho.

Nesse contexto, é possível observar uma forte ligação entre o histórico da educação popular e os processos de industrialização das cidades e mecanização do campo. Nesses momentos tivemos um grande movimento de êxodo rural, o que gerou a necessidade de capacitação dos migrantes para a ocupação dos postos de trabalho nas indústrias. Com isto, houve uma conseqüente diminuição nos índices de analfabetismo do país, como nos aponta BRASIL (2000). No entanto, essa educação não se pontuava na questão de desenvolver capacidades para o indivíduo se ver enquanto agente de um processo maior e dotado de meios para poder atuar em seu contexto social, mas sim na empregabilidade. Assim, as mobilizações populares continuaram a realizar exigências e a desenvolver métodos de atuação para conquista de melhores condições de vida. Desenvolvendo nessas uma educação popular realizada pelos sujeitos coletivos em suas atividades de resistência e exigências.

Entendemos com isso, que, sendo as feiras livres espaços de resistência à lógica dos grandes mercados, desenvolvidas pela complexidade de interações sociais, é parte desse contexto de lutas. Apresentando-se como importantes para o desenvolvimento e manutenção da agricultura familiar, bem como para o fortalecimento da educação popular existente nesses locais. Sendo uma possível ferramenta para realizar uma educação popular voltada ao ato do consumo consciente. Entendendo que esses ambientes abarcam uma série de valores no ato da compra, como: influência na economia e cultura locais, relações com o ambiente (utilização de lixo, emissão de gases, utilização de combustíveis fósseis, sucateamento das zonas rurais, maior complexidade dos sistemas de cultivo, menor escala das propriedades, entre outros), fomento do real acesso à soberania e à segurança alimentar, confiança no alimento comprado, intercâmbio de saberes entre campo e cidade, reconhecendo a profissão de agricultor, questão agrária no Brasil, entre tantas outras que englobam o amplo termo agroecologia.

Sendo, então, os movimentos de lutas sociais entendidos como formadores e fomentadores da educação popular julga-se importante realizar investigações sobre a percepção e o entendimento das correlações que a sociedade realiza em relação às expressões dessas. Assim, compreendendo as feiras livres como expressões populares e, possuindo um

espaço de feira da agricultura familiar na UFRRJ, o presente trabalho se propõe a realizar um intercâmbio de saberes com o intuito de observá-la como passível de estudo para o desenvolvimento dos temas transversais abordados no Ensino de Ciências/Biologia.

Objetivos específicos:

- Apresentar as consequências da industrialização das cidades e do campo na constituição da educação popular e a atuação dos movimentos sociais nesse contexto.
- Desenvolver a apresentação dos espaços de feiras como expressões populares com potencial de visualização da educação popular.
- Abranger o entendimento dos espaços de feira, mostrando-o como um ambiente que abarca uma série de valores defendidos neste trabalho, bem como temas transversais previstos pelos documentos de Diretrizes do Currículo Nacional (DCN) e Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Sendo assim, uma ferramenta de aproximação e visualização dos temas do ensino de Ciências/Biologia e a realidade vivida pelo educandos-educadores.
- Entender as correlações que a comunidade acadêmica realiza entre o espaço de feira livre e temáticas transversais previstas no ensino de Ciências/Biologia, tais como meio ambiente, produção orgânica, agricultura familiar, economia local, confiança na origem dos produtos, tempo usado nas compras, soberania e segurança alimentar e nutricional.

1.1 EDUCAÇÃO POPULAR: ASPECTOS GERMINATIVOS



“A realidade não pode ser modificada, senão quando o homem descobre que é

¹ Disponível em: <https://tirasarmandinho.tumblr.com/>
Acessado em: 20/04/2017

modificável e que ele pode fazê-lo. É preciso, portanto, fazer desta conscientização o primeiro objetivo de toda educação: antes de tudo provocar uma atitude crítica, de reflexão, que comprometa a ação.” Paulo Freire (1979, p. 22).

A educação está presente na composição essencial do ser humano, sendo o cerne de seu enraizamento sociocultural, grosso modo, dando-lhe subsídios, através de sua contextualização com os fatores externos, à capacidade de enxergar-se como componente de um todo e com real poder de atuação para a transformação do ambiente. Não sendo apenas um reprodutor da lógica de transmissão e reprodução das esferas de poder social do sistema capitalista, mas sim como “prática da liberdade”, como aponta Freire² (1987). Sendo assim, espera-se que o modelo de educação seja capaz de dialogar com o indivíduo a fim de capacitá-lo a observar de forma crítica as questões que compõem seu meio de vivências. Atuando assim, através de sua carga histórica, cultural e ideológica, de modo a efetuar modificações coletivamente e tecer métodos de emancipação do indivíduo e do grupo social.

A educação no Brasil, como discorre Stigar e Neivor (2009), encontra-se guiada por elites econômicas que, visando fortalecer a dominação de uma classe sobre a outra, promovem estratificação social. Sendo assim, o caráter emancipador da educação, muitas vezes é transposto por um modelo hegemônico de produção de capital humano com habilidades que o capacitem a desenvolver as exigências para enquadrá-lo na empregabilidade da sociedade industrial.

O cenário educacional em meados da década de 60 sofreu forte influência de heranças da Revolução Verde³. Nesse período, com a excessiva mecanização e ocupação de vastas áreas com monoculturas, presenciamos uma redução acentuada da população rural brasileira de 32,30% na década de 1980 para 15,64% na última contagem realizada pelo IBGE em 2010 (ALENTEJANO, 2005; FRANÇA, 2009). Esse modelo de desenvolvimento reforçou a

² Paulo Freire: pedagogo brasileiro que desenvolveu método de alfabetização que possuía como princípio a autonomia do indivíduo e ativa atuação política.

³ Revolução Verde: iniciou-se com o discurso de “modernização” do meio de agricultura para aumentar a produtividade e suprir as demandas de alimento mundialmente. No entanto, sua principal ação se fundou no sentido de fomentar o aumento da produção agrícola nacional destinada, prioritariamente, para exportação. Passando, então, o Estado passou a proporcionar o acesso a créditos agrícolas com o intuito de viabilizar a compra de pacotes tecnológicos, sendo eles: maquinários, sementes híbridas, herbicidas e fertilizantes químicos (MOREIRA, 2000). Além da alteração na base tecnológica, privilegiou a manutenção de uma estrutura fundiária, de terra concentrada. Além de aumentos no desmatamento da vegetação nativa, contaminação da água e solo, erosão do solo, exploração do trabalhador (incluindo crianças e idosos), a extinção de populações rurais, a desestruturação de arranjos produtivos locais e a perda acelerada da biodiversidade (MACHADO *et al.*, 2008) tornando os agricultores reféns desses meios de produção.

concentração de terras, riquezas e disparidades regionais no país, provocando um aumento da população em torno das principais metrópoles brasileiras e a consequente desvalorização da vida e do trabalho no campo. Desses períodos tivemos como desdobramentos o alto nível de desenvolvimento industrial e a consequente necessidade de mão de obra qualificada, o que ajudou a despertar a preocupação com os altos índices de analfabetismo no Brasil. Voltando-se olhares, principalmente, à mulher e homem do campo, a fim de depositar-lhe subsídios para a obtenção dos conhecimentos necessários às demandas da vida moderna (PEREIRA; PEREIRA, 2010). Coincidindo com o inchaço populacional das áreas urbanas que estavam desenvolvendo polos industriais, houve um período de forte mobilização governamental para erradicação do analfabetismo. Como apontam os dados de BRASIL (2000), na entrada do século XXI, 65% da população brasileira em idade igual ou superior a 15 anos ainda era classificada como analfabeta no ano de 1920. Nas décadas seguintes, em resposta a inúmeros projetos de alfabetização e iniciativas governamentais de acesso à educação primária, esse percentual veio decaindo gradativamente, apresentando uma taxa de 25,9% em 1980, no ano de 1991 cerca de 19,7% e em 2000 já possuía uma taxa de 13,6% (Tabela: Analfabetismo na faixa de 15 anos ou mais – Brasil – 1900/2000).

Tabela 1: Analfabetismo na faixa de 15 anos ou mais – Brasil – 1900/2000

População de 15 anos ou mais Analfabeta			
Ano	Total	Analfabeta	Taxa de Analfabetismo
1900	9.728	6.348	65,3
1920	17.564	11.409	65,0
1940	23.648	13.269	56,1
1950	30.188	15.272	50,6
1960	40.233	15.964	39,7
1970	53.633	18.100	33,7
1980	74.600	19.356	25,9
1991	94.891	18.682	19,7
2000	119.533	16.295	13,6

Fonte: BRASIL, 2000.

Apesar da diminuição dos índices de analfabetismo apontados pelo quadro acima, Brandão (1984) nos alerta para uma análise crítica de ações estatais em tornar a escola um espaço público e de fácil acesso. Enxergando-as não como um súbito ato de conscientização, mas resultado de um forte interesse dos empresários dominantes dos meios de trabalho industrial sobre os migrantes, que se deslocavam das áreas rurais, e estrangeiros, que almejavam emprego em busca de melhorias de vida. Apresentando, geralmente, nesses

programas uma forma de educação denominada “bancária” por Freire (1987). Nesta, o povo é visto como recipiente vazio pronto para receber passivamente conteúdos, sem levar em consideração sua carga de visão do mundo, que esteja tendo ou já tenha, constituindo-se em um tipo de “invasão cultural”. Por isso, ainda segundo o autor, não sendo possível acreditar ingenuamente nos resultados positivos desses programas, seja para a introdução de conteúdos de cunho técnico ou político, seja porque eles não consideram essas particularidades e questões que o povo já possui em sua dinâmica histórica, apresentando-se como depositantes de uma “mensagem salvadora”. Em resposta às características marcantes desse sistema econômico, político e social capitalista, Gohn (2006) apresenta que essa estrutura influenciou para que os movimentos sociais (aos quais chamou de novos atores históricos) se estruturassem com uma coesão organizativa coletiva, capaz de realizar frentes de pressões para exigir direitos da demanda do coletivo. Dentre as reivindicações, a autora reforça que a educação é um pilar essencial para a estruturação da cidadania coletiva, sendo esta, por sua vez, enraizada por convívio e identificação político-cultural.

A real atuação dos movimentos sociais enquanto portadores de “cidadania coletiva” (GOHN, 2006), com uma pauta de luta contra as fortes contradições do capitalismo explorador, teve sua maior visibilidade a partir dos anos 1940, quando se instauraram governos de caráter populista. Na década seguinte, aumenta seu grau de organização popular através de sindicatos, como a criação da Confederação Geral dos Trabalhadores e das Ligas Camponesas (OLIVEIRA, 2011). Culminando assim, como nos conta Colesel e Lima (2010), no surgimento do movimento da Educação Popular, em resposta ao contexto de forte conturbação política, econômica, rápido aumento da industrialização e inchaço urbano.

A educação ocupa lugar central na acepção coletiva da cidadania. Isto porque ela se constrói no processo que é em si próprio, um movimento educativo.
[...] A cidadania coletiva é constituidora de novos sujeitos históricos: as massas urbanas espoliadas e as camadas médias expropriadas. A cidadania coletiva se constrói no cotidiano através do processo de identidade político-cultural que as lutas cotidianas geram (GOHN, 2006).

E foi nesse mesmo período que os movimentos pela Educação de Base e suas questões começaram a surgir, porque “[...] até a Segunda Guerra Mundial, a Educação popular era concebida como a extensão da educação formal⁴ para todos, sobretudo para os habitantes das

⁴ A educação pode ser subdividida em modalidades denominadas: formal, informal e não formal. Tomando como referência a descrição de Gohn, M. G. (2006, p. 28-31), podemos distingui-las da seguinte forma: a educação formal é desenvolvida em ambientes escolares, com conteúdos definidos e aquisição de titulação e certificação. [...] a informal como aquela que os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização – na família, bairro, clube, amigos, etc., carregada de valores e cultura própria, de pertencimento e sentimentos

periferias urbanas e zonas rurais” (VALE, 2001). Segundo Maciel (2012), por volta dos anos 50 é possível visualizar duas tendências na educação popular: a primeira em resposta à necessidade de instrumentalizar o povo para fomentar a modernização do país (mão de obra mais produtiva), sendo focada no acesso democrático às escolas. E a segunda como educação libertadora (nascida no terreno fértil das lutas sociais através de sujeitos coletivos), sendo assim, focada nos espaços fora do ambiente escolar. A Educação Popular, portanto, realiza seus primeiros movimentos fortemente entrelaçada ao histórico de grupos marginalizados socialmente e com um alto teor de exploração das relações trabalhistas (PALUDO, 2001). Assim se constitui enquanto “Pedagogia do Oprimido”⁵, vinculando-se ao processo organizativo e protagonista dos trabalhadores marginalizados do campo e da cidade, a fim de uma construção de ações transformadoras da estrutura social vigente.

No Brasil, defendendo como um dos seus objetivos o caráter emancipador da educação, esta possui o potencial de integrar o povo de forma coletiva na construção de ações políticas que recairia diretamente sobre eles, com a perspectiva de alcançar igualdade de direitos sociais. Streck (2006, p.274) ressalta o caráter de fortalecimento da Educação Popular e sua fundamental importância para a mobilização e atuação efetiva da população, que a utiliza como uma das ferramentas para sair de um estado de defesa para uma postura atuante nas práticas políticas nacionais.

Nos anos 50, a esquerda do Brasil se articulou reunindo os movimentos populares dos bairros, profissionais do magistério público e lideranças políticas com tendências não conservadoras, para lutarem por uma educação pública, gratuita e de qualidade. [...] COLESEL; LIMA, (2010).

Quando falamos em educação popular, costuma-se resumir dizendo que esta é uma modalidade de ensino que parte do povo para o povo. Deixando, portanto, de apresentar-se de forma passiva e ingênua os conteúdos bancários que atuam como fixadores de uma ótica fatalista da situação social, passando a problematizá-la, como discorre Paulo Freire (p. 42, 1987). Dito isto, faz-se necessário o norteamo da concepção de “povo” apresentada nesse trabalho, no contexto da ascensão da modernidade industrial e o desenvolvimento da consciência de classe passível de ser atingida por uma educação não “bancária”. Utilizaremos

herdados; e a educação não formal é aquela que se aprende “no mundo da vida”, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivas cotidianas (GOHN, M. G., 2006).

⁵ Como nos aponta Paulo Freire (1987), pedagogia do oprimido “em sociedades cuja dinâmica estrutural condiz à dominação de consciências, “a pedagogia dominante é a pedagogia das classes dominantes”. Os métodos de opressão não podem, contraditoriamente, servir à libertação do oprimido. Nessas sociedades, governadas pelos interesses de grupos, classes e nações dominantes, a “educação como prática de liberdade postula, necessariamente, uma “pedagogia do oprimido”.

para tanto, os alicerces da definição de Doimo (1995), que nos apresenta que:

“a classe operária, especialmente a industrial; as massas trabalhadoras do campo, [...] a intelectualidade, passível de desenvolver consciência revolucionária”. “sentido de povo é amplamente recuperado e reelaborado: de clientela cativa, passa a ser vista como aquela que não se deixa cooptar e manipular; de massa amorfa, torna-se coletivo organizado e predisposto à participação continuada na luta por seus interesses” (DOIMO, 1995: 124 *apud* OLIVEIRA, 2011).

Segundo a autora o termo “povo” é muito discutível, mas em geral, apresenta-se como uma aliança de classes, caracterizada por exaltar suas similaridades e acobertando suas peculiaridades. Apresentando assim a possibilidade do desenvolvimento de um sentimento de luta e união que poderá gerar uma consciência de classe que, guiadas por suas ideologias, geram uma movimentação social.

“[...] a manifestação de interesses comuns e a realização dos que vivem sob as mesmas condições de exploração criam a possibilidade de uma consciência de classe. Quando as classes conscientes geram um movimento social e uma organização de classe, desenvolve uma ideologia própria de classe” (SCHERER-WARREN; *apud* GOHN, 1991:177).

E é sob esse contexto de lutas e união da classe menos favorecida de medidas governamentais que os movimentos sociais se empoderam e engendram suas frentes de luta. Incubando diversas ideias metodológicas e pedagógicas da Educação Popular, defendidas por pensadores da época, a fim de alterar as condições educacionais e conseqüentemente sociais do Brasil.

Com todo esse fervor por atuação política capaz de promover uma distribuição mais justa de condições de vida, trabalho, renda e educação, até então disponíveis a poucos, que os anos iniciais da década de 1960 ficaram marcados por movimentos que reivindicaram maior liberdade de expressão e instituições democráticas. Sendo possível colocar em prática ações como o Movimento de Cultura Popular de Recife (MCP) que, segundo Brandão (2001), pretendia tornar acessível e indistinguível de classes sociais o acesso às produções culturais, tendo como um de seus participantes e idealistas o educador pernambucano Paulo Freire.

Este “movimento” reuniu professores e artistas. Ele não existia só nas escolas e nem era um trabalho só da educação [...] as pessoas que faziam o MCP queriam que tudo o que é bom, e está nas palavras, nas cantigas, e nas ideias que as pessoas criam, fosse levado para a gente pobre também (BRANDÃO, 2001, p. 31).

Nesse movimento Paulo Freire expôs, diante de suas preocupações com o real intuito da educação nesse contexto migratório do “progresso” industrial-urbano, suas ideias sobre uma educação libertadora, de autonomia e libertação da opressão social. Nesta, mulheres e

homens se reencontrariam enquanto possuidores e construtores de importantes saberes passíveis de promover alterações no meio social no qual estão inseridos. E para tanto, defendia o estímulo ao processo de conscientização e não apenas o de transmissão de saberes. A Educação Popular é um espaço para que essa dinâmica unilateral de depósito de conhecimento da educação convencional escolarizada fosse superada. Tal modelo foi descrito pelo autor em diversos de seus livros, contemplando os seguintes itens organizados:

1. O professor ensina, os alunos são ensinados;
2. O professor sabe tudo, os estudantes nada sabem;
3. O professor pensa, e pensa pelos alunos;
4. O professor fala e os estudantes escutam;
5. O professor estabelece a disciplina os alunos são disciplinados;
6. O professor escolhe, impõe sua opção, os alunos se submetem;
7. O professor trabalha e os alunos têm a ilusão de trabalhar graças à ação do professor;
8. O professor escolhe o conteúdo do programa dos alunos – que não são consultados – se adaptam;
9. O professor confunde a autoridade do conhecimento com sua própria autoridade profissional, que ele opõe à liberdade dos alunos;
10. O professor é o sujeito do processo de formação, os alunos são simples objetos.

A ideia insistente e a atuação de Freire na concepção de uma educação entendida e praticada enquanto ato político em ação transformadora do indivíduo e da sociedade convergiram com a concepção da Educação Popular, apesar de não possuir uma relação íntima com os movimentos sociais que constituíam o cenário brasileiro da época. A atuação da educação definitivamente admite não ser uma prática neutra, ganhando um significado de ato político (Freire, 1987).

Assim, o educador deveria se aproximar e vivenciar cotidianamente a comunidade em que se encontram os educandos, não existindo, assim, aquele que educa e aquele que aprende, e sim educadores-educandos. Compreendendo no contexto local temas que são do interesse da comunidade e que consigam sensibilizá-la, podendo recolher o que chamou de “temas geradores”. Estes seriam somados e selecionados em um segundo momento, no qual ocorreria um círculo de cultura, com uma conversa horizontal e amorosa entre o educador-educando e educando-educador, onde se dariam relatos vividos por seus integrantes. No terceiro momento, estaria a compreensão e aceitação da ideia de que ninguém educa ninguém e nem a si próprio, sendo todos educados como resultado da interação em comunhão entre si e o mundo. Surgiriam então questionamentos que, em primeiro momento poderiam ser provocados pelo educador-educando, como modo de despertar uma “conscientização”. E por fim, como efetivação da “conscientização”, iniciaria a ação social transformadora, culminando em um processo de transformação social.

No entanto, em meio a todo esse fervor popular, a articulação dos militares se desdobrou, em 31 de março de 1964, no golpe que depôs o então presidente João Goulart (Jango), e que perdurou até 1985. Segundo Pereira e Pereira (2008), o aprofundamento da ditadura em 1968 gerou um forte afastamento do povo da participação política, bem como uma repressão sobre qualquer tentativa de atuação dos movimentos populares. Assim, Paulo Freire, com suas ideias entendidas como subversivas pelo regime militar, foi exilado na Bolívia. Esse posicionamento de repressão foi reforçado pelo Ato Institucional número 5 (AI5), o qual apresentou medidas, como as descritas nos artigos 3º, 4º e 10º, que tornavam clara a relação autoritária e o completo fechamento do diálogo com participação popular. No artigo 3º, temos que “O Presidente da República [...] poderá decretar a intervenção nos Estados e Municípios” (Diário Oficial da União, 13 de dezembro de 1968). No artigo 4º, apresenta-se a possibilidade de “suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos [...] e cassar mandatos eletivos Federais, Estaduais e Municipais” (Idem, p. 299), e no 10º decreta-se que “Fica suspensa a garantia de habeas-corpus” (Idem).

Na linha da educação, segundo Ghiraldelli (2009), houve um cenário de precarização do ensino e de exclusão deste às classes mais pobres:

[...] divulgação de uma pedagogia calcada mais em técnicas do que em propósitos com fins abertos e discutíveis, tentativas variadas de desmobilização do magistério através de abundante e confusa legislação educacional (Pag. 112).

A Educação Popular, assim como qualquer outro movimento popular, passaram a ser vistos como subversivos e ameaçadores para a ordem vigente. Assim, em 1967, como forma de desarticular e silenciar as mobilizações em prol da Educação Popular, o regime militar criou o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL⁶), apresentando forte resistência e repressão à concepção político-filosófica libertadora de Paulo Freire, estimulando, assim, um caráter individualista e competitivo de adaptação à vida moderna pautada na meritocracia, sendo uma forma de desestimular um movimento contra o modelo instalado (PEREIRA; PEREIRA, 2010). Apesar desse claro antagonismo com o método Freiriano, por este possuir em seu cerne o trabalho de conscientização política e questionamento dos métodos centralizadores e repressores que atingiram os participantes do MOBRAL, segundo

⁶ MOBRAL- Movimento Brasileiro de Alfabetização criado pelo governo federal iniciado no período da Ditadura Militar, sendo implantado em 1967 e extinto em 1985. Detinha o objetivo de erradicar o analfabetismo no Brasil em dez anos, através da alfabetização funcional de jovens e adultos. O programa é alvo de muitas críticas na literatura devido ao fato de utilizar-se das políticas educacionais para a difusão das ideologias defendidas e difundidas pelo Regime. Além disso, por possuir metodologia que dificultava a formação de uma consciência crítica pelos seus participantes, sendo um veículo de retroalimentação de ideologias políticas direcionadas.

Ghiraldelli (2009), chegou-se a dizer que havia a possibilidade da utilização do método Paulo Freire “desideologizado” para causar credibilidade ao Movimento.

No final dos anos 70, o regime ditatorial começou a fraquejar. Seus métodos repreensivos e suas torturas cruéis no modo de governar passaram a não ser mais suficientes para sua continuidade no poder. Assim, aproveitando-se das brechas institucionais, políticas e sociais deixadas, os movimentos sociais retornaram lentamente a ganhar forças. Não por coincidência a retomada da ação dos movimentos sociais ocorreu no mesmo momento histórico do fraquejo do governo militar (PEREIRA; PEREIRA, 2010).

A década seguinte, apesar de conhecida como “década perdida”, foi um terreno de muita fertilidade para o enraizamento e a organização dos movimentos populares. Como nos aponta Gohn (2009), esse período foi marcado por quedas dos índices de crescimento, como na produtividade agrícola, industrial e tecnológica, e também perdas em qualidade de vida, estagnação da diminuição da taxa de analfabetismo, das epidemias, aumento da criminalidade, entre outros. Segundo a autora, essa década, ao contrário de como é conhecida, foi um período nada perdido, rico e forte em lutas dos movimentos sociais que estavam sufocadas e que, se tratando de educação, exigiam demandas como: educação ambiental, educação para a cidadania, educação contra o uso de violência e pela segurança pública, educação popular, educação sobre o patrimônio histórico cultura, entre outras. Saviani (1995), nos apresenta que esse período caracterizou-se por erguer bandeiras transformadoras de reapropriação da educação e da escola para os trabalhadores.

Na educação popular, tivemos por parte dos movimentos sociais organizados reivindicações como o ensino noturno e a educação profissionalizante, mas foram mais expressivas àquelas voltadas para ambientes e organizações não formais de educação, como: lutas e movimentos sociais organizados para alcançar, principalmente, acesso à terra, a serviços públicos e à moradia. A autora Gohn (2009) ainda destaca que as iniciativas oficiais, ou seja, criadas e conduzidas de forma vertical com a população, e semelhantes ao Mobral, foram um fracasso.

E foi nesse período pós-ditadura que Paulo Freire voltou ao Brasil, após passar doze anos exilados. Nesse período, realizou a disseminação de suas ideias por onde passou, tornando-se mundialmente conhecido, e vivenciando países da América Latina, Europa e África. Apesar de não ter desenvolvido seu trabalho em íntima relação com os movimentos

sociais, seu método de educação tornou-se mundialmente conhecido e correlacionado à educação popular, por apresentar práxis aplicável à realidade do ensino nas classes menos abastadas. O método aplicado por ele visa, em primeira instância, a educação como uma relação horizontal entre educador-educando e educando-educador, construindo um processo de aprendizagem para que se alcance um pensamento crítico capaz de analisar, questionar e intervir em seu contexto social, tornando-se politicamente ativo. E é como forma de centralizar essa história marginalizada da classe trabalhadora, do povo, que luta para ser protagonista de sua trajetória enquanto cidadão atuante politicamente que daremos o centro do palco desse texto.

Opondo-se ao pensar ingênuo, que vê o “tempo histórico como um peso, como uma estratificação das aquisições e experiências do passado”, de que resulta dever ser o presente algo normalizado e bem comportado.

FREIRE, p. 47 Pedagogia do Oprimido, 1987 – Trecho de carta de um amigo do autor.

Trazendo, como resultado de uma longa e ainda presente trajetória de forte exploração da mão de obra do trabalhador, o início dos pilares que guiaram a história da Educação Popular.

Nesse contexto, acredito ser de fundamental importância a criação de mecanismos e alternativas para que esse viés da educação seja fortalecido, defendido e difundido. Desenvolvendo em locais institucionalizados ou não, formas de produção de materiais de divulgação (revistas, trabalhos científicos, livros, etc), como pensando em métodos de aplicabilidade e prática dessa educação nos espaços sociais a que temos fácil acesso em nosso cotidiano. Nessa, perspectiva, continuo o texto com o intuito de visualizar um espaço social comum urbano e sua possibilidade no desenvolvimento da educação popular.

1.2 EDUCAÇÃO POPULAR: SEU FLORESCER METODOLÓGICO



“Mais uma vez os homens, desafiados pela dramaticidade da hora atual, se propõem, a si mesmos, como problema. Descobrem que pouco sabem de si, de seu “posto no cosmos”, e se inquietam por saber mais. Estará, aliás, no reconhecimento do seu pouco saber de si uma das razões desta procura. Ao instalar-se na quase, senão trágica descoberta do seu pouco saber de si, se fazem problema a eles mesmos. Indagam. Respondem, e suas respostas os levam a novas perguntas.”
FREIRE, Pedagogia do oprimido, p. 16. 1987.

Procurando definições sobre “educação” e “popular” de modo a esmiuçar ainda mais o que seria essa junção de fatores em sua raiz atuante, iniciei uma procura por seus significados isoladamente, deparando-me com as seguintes no dicionário Aurélio: educação é definida como o conjunto de normas pedagógicas tendentes ao desenvolvimento geral do corpo e do espírito; conhecimento e prática dos usos da gente fina; instrução, polidez, cortesia. E para popular, nos é apresentado que: é homem do povo; relativo ou pertencente ao povo; que é usado ou comum entre o povo; que é do agrado do povo; vulgar, notório; democrático; o povo. Analisando com precaução tais definições, podemos dizer que é desse ideal de educação que estamos tratando quando falamos em educação popular, aquela que presa o desenvolvimento do corpo e espírito pertencente ao povo. De uma movimentação de ensino-aprendizagem do educador-educando e educando-educador que preze o desenvolver integral do corpo e espírito da mulher e do homem pertencentes ao povo em um estado democrático de expressão. Uma vez que o corpo sofre influências do meio que o moldam e influenciam diretamente no estado da mente/espírito. Corpo este que não agirá de forma a modificar tais condições externas se a mente não “se alimentar, digerir, transformar e incorporar” concepções que mostrem a sua capacidade de alteração coletiva do meio.

Para tanto, observamos que não podemos falar de uma educação, qualquer que seja sem relacioná-la ao seu contexto histórico (GADOTTI, 2012). Isso porque, a educação é política, regada de valores e princípios que revelam uma determinada visão cultural de

⁷ Disponível em: <https://tirasarmandinho.tumblr.com/>
Acessado em: 20/04/2017

mundo, portanto, não sendo neutra.

Assim, corroborando com o ponto de vista de Paludo (2001), a realização de uma discussão correlacionando educação popular e Movimentos Sociais provoca a necessidade de nortear, ainda que brevemente, a situação das ações sociais para com as classes populares.

Anteriormente, expusemos que os primeiros passos da educação popular no Brasil estão intimamente vinculados ao debate das pendências do Estado no cumprimento da assistência básica dos direitos dos cidadãos. Sendo essa em alguns momentos definida como a busca do direito à escola para todos, tendo que ser assistido pelo Estado. Em outros, é tratada num ideal de busca de emancipação através de práticas educativas contextualizadas com a sociedade e a defesa de modificações nessa realidade. Segundo Gadotti (2012), a educação popular pode se enquadrar em uma modalidade de pedagogia crítica, na qual está presente um claro posicionamento político, declarando seus princípios e valores. Dentre os quais, o princípio da educação emancipatória, que surgiu no bojo das lutas sociais e transbordaram, de fora para dentro, os muros e espaços escolares (PEREIRA; PEREIRA, 2010).

Ressaltando, contudo, também os esforços institucionais como importantes ações de construção de outro projeto de sociedade. Isso porque, quando falamos de educação, estamos tratando de um entrelaçar de experiências educativas e informativas contempladas nos mais diversos espaços sociais possíveis. Experiências estas que podem apresentar a potencialidade de despertar esperança, que é o adubo natural e fundamental para o fortalecimento de ações coletivas, mesmo em meio a um cenário de intensa desigualdade social. Como nos diria Freire (p.10, 1992) “[...] a esperança é necessária, mas não é suficiente. Ela só não ganha a luta, mas, sem ela, a luta fraqueja e titubeia”. E para isso, faz-se necessário e inteligente observar a constituição histórica da educação popular que está embrenhada no contexto de lutas de classes e exclusão social em prol da superação dessas desigualdades.

Sendo assim, percebendo a educação popular como um desdobrar do envolvimento dos saberes do indivíduo e do coletivo (composto por educadores-educandos), é possível abranger a leitura da realidade de forma crítica para a formulação e aplicação de metodologias para transformá-la. Visto que almejamos uma mudança nas perspectivas futuras, devemos entender que:

[...] o futuro não é, por exemplo, a pura repetição de um presente de insatisfações. O futuro é algo que vai ‘se dando’, significa que o futuro existe na medida em que eu ou nós mudamos o presente. E é mudando o presente que a gente fabrica o futuro; por isso, então a história é possibilidade e não determinação (FREIRE, 1995, p. 3).

Apoiando-se, assim, na visualização crítica dos fenômenos históricos, através de um

entendimento dos momentos, processos e motivações da luta de classes para desenvolver ações no presente e que reverberem em prol da igualdade social num tempo futuro. Fortalecendo para tanto, esforços metodológicos no trabalho de base desenvolvidos nos diversos espaços que alcançam o povo brasileiro, sendo estes institucionais e organizados ou não, no campo, na cidade, periferias, centros, fábricas, transportes públicos, feiras, entre outros espaços.

Diria, ainda, que a resistência exige “um pé lá e outro cá”, na escola e fora dela, tornando essa discussão única de reconstrução, fortalecimento de luta e renovação. Levando também às escolas propostas, projetos e metodologias de resistência, com a visão e esperança que essa construção de escola pública e popular é um objetivo, visto a sua importância na transformação social através da educação para os trabalhadores (VALE, 2001), futuros, presentes e passados. Assim, como nos diz Beisiegel (1982), é fundamental que a educação popular mantenha como um de seus protagonistas de suas lutas também a busca pela reflexão crítica e conscientizadora em relação à qualidade do ensino público, suas dificuldades de acesso e processo de exclusão que fortalecem as desigualdades que frustram as expectativas populares.

Oliveira (2011) nos expõe que a conceituação da educação popular ainda é um tanto difícil de definir devido à origem e seu desdobrar histórico. Segundo a mesma autora, educação popular estaria sendo denominada, de modo geral, como “toda ação educativa destinada aos jovens e adultos, e desenvolvida por instituições públicas ou privadas”. Todavia, essa conceituação não seria um consenso entre aqueles que estudam, trabalham e estão imersos nessa área. Essa dificuldade consensual estaria ligada a três principais pontos: dificuldade na conceituação, na compreensão dos espaços formativos e, por último, a pouca importância que historicamente lhe é atribuída socialmente. O primeiro ponto está pautando principalmente ações educativas realizadas fora das escolas, com íntima relação com os movimentos sociais no Brasil. Uma vez que foram das ações desses movimentos sociais que surgiram mobilizações para a exigência de uma educação escolar para todos e de qualidade. Sendo assim, é interessante realizar uma análise mais flexível no que se refere aos espaços em que essa modalidade de educação pode e já se insere. Visualizando e apoiando sua inserção também nos espaços escolares. A segunda dificuldade também estaria vinculada à problemática de compreensão da formação. Assim, a escola consistindo de um espaço formativo, estaria vinculada intimamente aos processos sociais, e, conseqüentemente, seria também um local para desenvolvimento da educação popular. Mas, como pontua a autora, realizar essa conexão é romper com uma estrutura educacional rígida já instaurada, na qual a

escola é detentora da única forma de educação reconhecida socialmente, e a educação popular seria aquela realizada através de práticas educativas fora desses espaços escolares. E por último, está a terceira dificuldade apontada pela mesma autora, que é a pouca relevância dada à educação popular historicamente na sociedade brasileira e suas consequências nas ações das políticas públicas para esse modelo de iniciativa educacional.

Contudo, para ser possível entender esse amplo campo de discussão é importante abranger um rico mosaico de metodologias teóricas e práticas que dialoguem com o contexto social local (independente de institucionalização ou não), rompendo com currículos tradicionais que não consideram os valores e saberes adquiridos no viver das classes populares. Isso por tratar-se de um paradigma teórico que emergiu no calor das lutas populares, passando por uma diversidade de períodos epistemológicos e organizativos, almejando tanto a estruturação de saberes como o fortalecimento das organizações populares. Como exemplo, destacam-se as associações ou cooperativas, coletivos de mulheres, de populações tradicionais, educação de jovens e adultos, coletivos negros, coletivos que prezem a soberania alimentar, cursinhos populares, grupos de estudos não formais, escolas auto geridas por militantes de causas sociais, ambientais, etc.

A educação popular vem se renovando constantemente, incorporando novas tecnologias e retomando temas como: os das migrações, a sustentabilidade, diversidade local e seu desenvolvimento, distribuição de renda, o lúdico, sexualidade, a interdisciplinaridade, a questão de gênero, emprego e mantendo-se sempre atualizada à leitura ampla das novas conjunturas (GADOTTI, 2012). Nessas perspectivas, em contraste com a ideia de educação popular apenas voltada para adultos, geralmente, desenvolvida nos sistemas chamados EJAS (Escola de jovens e Adultos), em entrevista concedida à educadora Rosa Maria Torres, em 1985, Paulo Freire diz que a educação popular: “não se confunde, nem se restringe apenas aos adultos”. “Eu diria que o que marca, o que define a educação popular não é a idade dos educandos, mas a opção política, a prática política entendida e assumida na prática educativa” (TORRES, 1987). Como discorre PEREIRA; PEREIRA (2010), a participação social calcada na fraternidade, com o objetivo do desenvolvimento de um projeto social mais justo, mobilizado para realizar mudanças através das práxis de educação emergidas das problemáticas encontradas no conjunto de especificidades da realidade social local.

A Educação popular acompanha, apoia e inspira ações de transformação social. Nela, o processo educativo se dá na ação de mudar padrões de conduta, modos de vida, atitudes e reações sociais. Portanto, se a realidade social é ponto de partida do processo educativo, este volta a ela para transformá-la. (WERTHEIN, 1985)

Realizando um apanhado geral na obra de Paulo Freire e analisando algumas de suas ideias e concepções elencadas por Gadotti (2012), podemos separar algumas de suas contribuições que nos direciona a entender um pouco mais dessa modalidade de ensino-aprendizagem. Acreditando no fato de que educar é transformar, e recusando o ideal fatalista neoliberal, verificamos educadores, muitas vezes, vistos como utópicos, se empenhando para aplicar uma pedagogia pautada no desenvolvimento de uma cidadania ativa. Sendo a educação popular estimuladora da participação política para a superação da condição de oprimido social. Para tanto, realizando uma valorização da prática como estimuladora de pensamentos dos sujeitos sociais, desenvolvendo um protagonismo de emancipação, através da real valorização de seus saberes populares. Aplicando um método de ensino que dialogue com as questões reais das necessidades dos sujeitos e setores populares. Centralizando aos preocupes e precisões das classes populares (PALUDO, 2001), num processo de aprendizagem que dá maior ênfase ao seu processo de desenvolvimento em relação ao seu resultado pontual. Logo, não apontando a escola como único espaço detentor do saber, sendo possível aprender nas lutas diárias e em qualquer outro espaço (conceito de cidades educativas⁸). Buscando o alargamento das margens das práticas educativas que nos trazem outras perspectivas de contextos e suas particulares dinâmicas sociais. Abrangendo inovadoras e acessíveis formas de aprendizagem, que possuem potenciais para interações com práticas institucionais (CARRANO, 2003) e, inclusive, aquelas não intituicionais. Mesclando, assim, espaços formais, não formais e informais de aprendizagem sem subordinar um a outro, observando a importância de cada um no processo de evolução da conscientização individual e coletiva.

A educação popular se concretiza em seus saberes e carga política intrínseca, a fim de fortalecer a democracia, a dialogicidade, a emancipação, organização, conscientização, protagonismo popular, transformação, etc.

A dialogicidade e protagonismo popular são peças fundamentais para que seja possível o emponderamento dos sujeitos sociais e seus conhecimentos. A dialogicidade se apresenta com o diálogo dos saberes populares com o contexto social que o cerca. E para isso, como nos aponta Freire (1987), é necessário amor. Segundo o autor, o amor é fundamento do diálogo, sendo, portanto, fundamental a participação do sujeito, e apresentando-se incompatível com relações de dominação. Apresentando o ato de amar como

⁸ Segundo Fernandes R. S. (2009), a denominação “cidades educativas” “contempla um universo ampliado de práticas educativas que acontecem dentro e fora das instituições escolares e não escolares, nesse caso, envolvendo equipamentos e instituições sociais, artísticas, culturais e de lazer e espaços públicos disponíveis no espectro da cidade, em seus centros urbanos e periféricos”.

um sentimento pelo homem que pressupõe a superação de suas causas de opressão, onde quer que essas ocorram. Contudo, não tornando essa dinâmica um ato piegas de manipulação ou alienação e sim humilde e multiplicador de ações que promovam a libertação. Tornando, através da dialogicidade o indivíduo como protagonista social, sendo capaz de atuar individual e coletivamente para modificações sociais, utilizando de suas capacidades de construção e reciclagem dos saberes existentes.

A emancipação vem caminhando sobre as trajetórias das modificações das bases estruturais das sociedades, aonde encontramos cenários de incoerências nos sistemas vigentes de estratificação social, sejam no campo socioeconômico ou cultural. E dessas contradições, através de um processo de conscientização e ação, teremos um caminho histórico de encontro à emancipação, encabeçado e desenvolvido pelo povo.

As questões organizativas em busca de ações transformadoras devem emergir de forma a conquistar e desenvolver a emersão de níveis de ação com caráter de coletividade progressivamente mais complexo, organizado e críticos. Assim, os programas de educação popular podem sim ser utilizados como instrumentos pelo povo em sua formação organizativa ao longo de sua própria trajetória de ações e transformação.

Nesse sentido, apresentaremos essa flexibilidade da educação popular ao exibirmos, no decorrer deste texto, os espaços de feiras livres como detentores de aspectos potenciais para o desenvolvimento da educação popular em seu contexto escolar e não escolar. Apresentando-os como locais propícios para a discussão da temática do consumo consciente e para o desenvolvimento de temas transversais no ensino de Ciências/Biologia.

1.3. EDUCAÇÃO POPULAR: JARDINS PARA CULTIVO

No contexto social, historicamente existem e existiram diversas formas de ocupação e utilização do espaço público pela comunidade local em suas dinâmicas sociais, assim como nos pontua Gohn (2009): festas religiosas, espaços comunitários da roça, e ainda, comícios, festejos, teatros, comércios, dentre outros, que são “representações fortes na mentalidade coletiva popular”. Nesse último se encaixam uma das mais antigas formas de comercialização, as feiras livres. Registros datados de 3.000 a.C. atestam que tais modos de comércio já ocorriam entre os povos sumérios, através de trocas e barganhas (CARVALHO, et al., 2010). No entanto, tiveram sua consolidação na Idade Média entre gregos e romanos (LIMA; SAMPAIO, 2009). São realizadas sem estruturas fixas, em alocações provisórias nas vias públicas, em dias, horários e locais estratégicos (COLLA et al., 2007). As feiras

realizadas inicialmente no Brasil tiveram origem ibérica, sendo realizadas primeiramente pelos portugueses no período de colonização (LUCENA e CRUZ, 2011).

Do latim, a palavra feira possui derivação de *feria* que significa “dia de festa”, utilizada para designar a realização de transações de mercado em local, dia e periodicidade determinada. Segundo Vedana (2004), pode-se afirmar que a origem das cidades está entrelaçada com a dinâmica das realizações de feiras e suas trocas comerciais, uma vez que, a partir dessas uma nova estrutura de agrupamento social se arranjou.

Atualmente, os canais de comercialização definidos por circuitos longos (com mais de dois intermediários do produto inicial até o consumidor final) como os grandes supermercados, reduziram o número de espaços de feiras livres. Porém, ainda hoje, é notável que tais espaços detêm grande importância na dinâmica econômica e cultural da agricultura familiar, na perspectiva de consumidor e feirante (ANGULO, 2003). A resistência desses espaços está correlacionada a características singulares que até os tempos atuais atraem consumidores.

Dentre essas peculiaridades relacionadas à comercialização está a relação mais próxima e assídua entre produtor-consumidor no processo de venda. Esse trato direto propicia uma melhor remuneração ao agricultor, uma vez que elimina a figura do atravessador⁹ obtendo o total do lucro sobre o produto. Como consequência disto, ocorre um maior estimulando a economia local, uma vez que esse capital de giro oriundo da venda dos produtos será utilizado, provavelmente, na região e em suas proximidades.

E ainda, como desdobrar dessa dinâmica, torna-se uma possibilidade a aplicação desse recurso financeiro também para o desenvolvimento de mecanismos de produção que fujam dos métodos convencionais. Fortalecendo e construindo uma lógica que preze princípios de maior valorização do equilíbrio ecológico das paisagens através da existência modos de produção mais integrados ao ambiente. Destacando-se também, o fomento à maior autonomia do agricultor familiar em relação aos circuitos longos orientados pela lógica comercial e industrial (DALROT, 2013).

Essa melhor remuneração possibilita a redução dos preços dos produtos, estimulando, assim, a soberania alimentar, a economia local, a manutenção e/ou o retorno dos laços de

⁹ Muitas vezes o pequeno agricultor, por impossibilidades do escoamento de mercadorias (dificuldade de mercado, transporte, clientes diretos, etc), se vê na necessidade de vender seus produtos a um atravessador. Esse por sua vez realiza a tarefa de transportar e repassar os produtos para um estabelecimento para ser comercializado. No entanto, muitas vezes, nesse intermédio há uma relação de exploração do trabalho, na qual o agricultor se sujeita a preços muito aquém do valor de mercado.

proximidade, amizade e confiança entre agricultor-comprador, ressignificando e valorizando a profissão de agricultor (a).

E, pensando mais aprofundadamente no local social desses agricultores Ploeg (2014), nos apresenta uma leitura do que seriam as definições das nomenclaturas utilizadas para esses como: “campesinato”, “agricultura familiar” e “agronegócio”. Segundo o autor, essa distinção realmente não é algo simples de se fazer, existindo hoje uma série de disputas entre os diversos movimentos sociais, formuladores de políticas, acadêmicos, entre outros, na tentativa de defini-los. É feita pelo autor uma divisão de duas leituras do que seria o campesinato. Sendo a primeira o entendimento de muitos, desta como o desenvolvimento de uma agricultura de moldes tradicionais, com pouca utilização de recursos produtivos, em pequenas produções, com uma dinâmica de gestão familiar e pouco integrada com a vida urbana e ao mercado. Sendo apontada nesta breve descrição a distinção da agricultura familiar, que se respaldaria, principalmente, no fato desta estar mais em diálogo com a vida urbana e o mercado. A segunda leitura do autor sobrecarrega na carga histórica de lutas políticas que possui o “camponês”, através da conexão com os movimentos camponeses duramente reprimidos nos tempos de ditadura militar (1964-1985), com a acusação de subversão. Sendo esses, denominados nesse momento como “pequenos agricultores”, “agricultores de subsistência”, “produtores de baixa renda”, com a finalidade proposital de trazer nomenclaturas que depreciasse essa categoria.

Chegados os anos 90, segundo o mesmo autor, ao promover um programa de apoio a agricultura, que fosse desenvolvida numa relação organizativa da família e para esta (Pronaf), o Estado vestiu a denominação da categoria de “agricultura familiar”. Nesse sentido, nos é apontada a positividade de um reconhecimento pelo Estado das especificidades de produção do camponês, pela primeira vez na história. E por outro, ressalta um desfoque da carga histórica e política que o termo “camponês” carrega e inspira. Mas recentemente, os movimentos sociais veem ressaltando a valorização da categoria “camponês”, trazendo consigo o entendimento amplo de “modernidade” e “modernização”, cunhados num viés de coletividade e comunidade/local. Reafirmando sua capacidade de autonomia e estruturação de uma agricultura familiar que se sustenta em sua carga de experiências camponesas, rumo ao avanço do meio rural, sob outros moldes produtivos.

Dito isso, para visualizar o que realmente está vigorando por lei no quesito da definição de agricultura familiar, nos respaldamos na Lei Nº 11.326, efetivada em sua data de publicação, 24 de julho de 2006. Essa estabelece as diretrizes para a formulação da Política

Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Podendo apontar nesta alguns pontos esclarecedores para compreender o que legalmente o termo agricultura familiar significa:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

Nesta mesma lei ainda se encontram com possibilidade de enquadramento silvicultores, aquícultores, extrativistas (que exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural), pescadores, povos indígenas, integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais.

Assim, o local social compreendido pelo “campesinato” e “agricultura familiar” apresentam preciosas características como melhor possibilidade de alcançar os diversos benefícios. Sendo esses favorecidos pelo modo de cultivo em menor escala e maior complexidade em sua diversificação pode propiciar ao ambiente. Fortalecendo e reavivando também a cultura local através de diversas e frequentes intervenções que disseminam e ressaltam as características da região, como: teatro, música, dança, expressões literárias, e a própria relação agricultor-consumidor. Além dessa interação diferenciada, produtos frescos, diversificados e artesanais, constroem esses laços e a cultura de “fazer feira”. Ribeiro *et al.* (2005), apontam que muitas pessoas vão a feira para desfrutar de um momento de lazer, socializar, “para comer pastel, ver amigos e conversar fiado”, ressaltando assim, a importância dos aspectos de trocas culturais que são geradas por esses momentos que vão para além da comercialização.

O romancista português, que viveu no século XIX, Eça de Queiroz (1980) apresentava a feira destacando sua riqueza, vivacidade, seus murmurinhos e a agitação que transcendiam abordagens puramente econômicas: “(...) a feira tem sempre um cortejo ruidoso de divertimentos, de teatros, de bailes, de galanterias, de touros e também um pouco de lucros e de comércio”. Godoy e Anjos (2007) nos acrescentam, ainda, que a feira representa um importante espaço de integração e trocas de saberes entre o meio rural e urbano, além de um

espaço de forte integração de relações sociais entre os próprios feirantes, o que a distingue de outros espaços de comercialização e de consumo de alimentos.

Partindo da perspectiva apresentada, apontaremos, nesse trabalho, os espaços de feira como locais que superam as relações de compra e venda de mercadorias. Podendo ser analisados por seu caráter educativo e pedagógico, não formais, informais e formais de aprendizagem. Dando visibilidade a dinâmica de troca de saberes entre os formadores desses espaços, garantindo a esses o desenvolvimento da educação popular e de rica produção cultural (DALENOGARE E ALBERTI, 2011). Valorizando e fazendo uso, assim, da pluralidade de espaços e suas relações que compõem o cotidiano das atividades humanas para repensar o ato do consumo, tornando-o consciente. Capaz de questionar e compreender os diversos valores que envolvem a escolha do local de compra de produtos.

Assim, é de fundamental importância a criação de mecanismos e alternativas para que esse viés da educação seja fortalecido, defendido e difundido tanto na forma de produção de materiais de divulgação, bem como através de métodos para o desenvolvimento de atividades de ensino-aprendizagem nos espaços sociais que temos fácil acesso em nosso cotidiano.

Nesta perspectiva, Siman (2010) nos apresenta em seu artigo “Entre o Asfalto e a Terra: a fecundidade educativa do cotidiano poético da cidade” a potencialidade educativa na dinâmica das cidades, onde assinala a importância destas serem tomadas como objeto de problematização, destacando seu potencial educativo no cotidiano. Para esta autora:

O cotidiano da cidade é mais do que uma história do banal, do corriqueiro, é mais do que trânsito intenso e apressado de mercadorias, dos seus transportes, dos homens sendo transportados individual ou coletivamente sobre o traçado físico da cidade. A história que se vive no cotidiano da cidade é efeito material e simbólico desses movimentos reveladores de sentidos do pensar e agir dos homens em suas múltiplas relações sociais, tecidas em diferentes lugares (SIMAN, 2010, p.583).

Carrano (2003) nos apresenta a importância de se compreender as dimensões educativas das cidades observando-as como campo exploratório da educação de forma ampliada, focando na pluralidade de espaços sociais rotineiros, não estando necessariamente correlacionadas em contextos institucionais concebidos para educar. Corroborando, portanto, com Freire (1996), que nos enfatiza que ensinar e aprender exige curiosidade, abordando os processos formativos, através das diversas práticas que ocorrem no próprio movimento da vida e das práxis social.

Com isso, prezamos que os espaços de feiras livres sejam pensados como detentores de grande importância, por apresentarem cotidianamente a produção e intercâmbio de

saberes, fomentada por feirantes e fregueses, onde se ergue uma rede de sociabilidades vivenciadas pelos protagonistas sociais no âmbito desses territórios construídos (VEDANA, 2004).

Entendendo que o aprendizado no contexto das feiras perpassa conhecimentos, como o trato com as operações numéricas (soma, subtração, multiplicação, divisão, entre outros), o desenvolver de táticas de negociação e valorização do produto, desenvolvimento das relações interpessoais oriundas das negociações, o entendimento de medidas quantitativas, o caráter organizativo desde o planejamento da produção, transporte e distribuição, conservação, qualificação e quantificação das mercadorias, técnicas de beneficiamento, trato com a higiene, estratégias de colheita. E ainda, a depender da feira é possível visualizar debates muito atuais sobre: soberania e segurança alimentar, conhecimento, reconhecimento e análise dos produtos vegetais com diversos sentidos (aroma, cor, textura e paladar, e até mesmo, som), sazonalidade dos produtos, a questão de gênero no desenvolver das atividades de produção e comercialização, trabalho infantil, ligações comerciais entre campo-cidade, adequação ambiental das unidades de produção, sistemas de produção convencional, orgânico, sistemas agroflorestais, dentre outros). Discutem-se a participação da agricultura familiar no contexto local e nacional, políticas públicas que possibilitem e fomentem a existência e manutenção desse segmento, as condições da distribuição de terras no Brasil e a reforma agrária popular e governamental, mecanismos de certificação orgânica, os malefícios da utilização de agrotóxicos, alternativas de alimentação como a “alimentação viva”, a sociabilidade, esvaziamento do campo e inchaço populacional nas grandes metrópoles, a educação popular presente nesses espaços, entre outras tantas possíveis temáticas visualizáveis nos espaços de feiras livres. Possibilitando com isso, que a feira seja visualizada em uma plenitude que a torne uma preferência consciente no momento da decisão de onde consumir. Tornando-a um ato político de fomento à manutenção da agricultura familiar e todos os valores socioeconômicos, políticos e culturais que essa engloba.

Nesse sentido, apresentamos o espaço de feiras como um cenário extremamente rico e acessível a ser visualizado com olhos mais sensíveis pelas populações que a ela tem acesso. Tanto nas aquisições de mercadorias, como na sua gama de conhecimentos intrínsecos que, permeados ao seu caráter dinâmico e de proximidade entre produtor-consumidor, é possível acessar. Contextualizando a prática de ensino-aprendizagem, aproximando os conteúdos educativos com atividades que condizem com o mundo do educando-educador. Possibilitando que esse transforme verdadeiramente os saberes em “aprendido-aprendido”, atuando nas situações com amor e responsabilidade social, como nos aponta Freire (1983):

[...] no processo de aprendizagem, só aprende verdadeiramente aquele que se apropria do aprendido, transformando-o em apreendido, com que pode, por isso mesmo, re-inventá-lo; aquele que é capaz de aplicar o aprendido-apreendido a situações existenciais concretas. Pelo contrário, aquele que é ‘enchido’ por outro de conteúdos cuja inteligência não percebe; de conteúdos que contradizem a forma própria de estar em seu mundo, sem que seja desafiado, não aprende (FREIRE, 1983, p. 7-8).

Com isso, podendo ser acessados e entendidos como ambientes reais, imersos na comunidade e em sua dinâmica local, passíveis de estudo nas temáticas citadas anteriormente, ou de tantas outras possíveis em diversas áreas dos saberes.

1.4 FRUTOS E ENCANTOS: FEIRA DA AGRICULTURA FAMILIAR NA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO, *CAMPUS* SEROPÉDICA (FAF-RURAL)

Iniciada minha graduação em agosto de 2011, principiei minha vivência nos espaços formais e informais de ensino-aprendizagem da universidade. Frequentei diversos espaços formativos em laboratórios que possuíam um caráter mais voltado ao campo de pesquisa do ramo do bacharelado em Ciências Biológicas. Após experimentar um período de dois anos de muitas atividades e amadurecimentos, me deparei em conflito com a percepção que adquiri em relação à “função social” da universidade e suas atividades. Visualizei um espaço com um potencial imenso de ações e transformação social, no entanto que pouco explorava atividades que integrassem o mundo para além dos limites institucionais. Tornando os “muros invisíveis” de isolamento entre comunidade acadêmica e a comunidade local muito mais rígidos e difíceis de transpor do que as frágeis cercas de arame que verdadeiramente rodeiam o *campus*.

Nesse momento de conflito interno, provoqueei-me a buscar iniciativas que propusessem medidas que fossem capazes de transpor os espaços formais de pesquisa científica, transbordando às esferas sociais. Foi então que, em uma roda de conversa informal, fui apresentada à proposta de atividades do Grupo de Agricultura Ecológica (GAE) existente na universidade. Curiosa e sedenta para encontrar caminhos que preenchessem meus anseios formativos, fui à primeira reunião do grupo.

O Grupo de Agricultura Ecológica surge na Universidade Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) ano de 1983, com a proposta de estudar, difundir e praticar a Agroecologia dentro e fora desta. Esse espaço de formação não formal apresenta-se como uma consolidação de convergência de ideias, movida pelos questionamentos dos estudantes de diversos cursos, à cerca do modo de agricultura vigente e sua influencia na cristalizada grade curricular dos

curso de graduação. Desse modo, agindo como ferramenta transdisciplinar e pedagógica, vem suprimindo as carências e anseios encontrados pelos estudantes com a realização de atividades por exemplo como: reuniões, debates, mutirões, palestras e cursos (Figura 1).

Nessa estruturação do grupo vivenciei uma nova perspectiva de educação, àquela realizada fora das salas de aulas que, muitas das vezes, apresentam uma estrutura vertical e pouco flexível. Entendi como é possível realizar ensino-aprendizagem fora das quatro paredes das salas de aula e como todos somos “educadores-educandos” e agentes potenciais de transformação. Foi então que me reconectei com a “terra” e com o potencial de transformação social imenso da educação, realizando assim um processo de busca e aproximação do campo da Licenciatura propriamente dita.

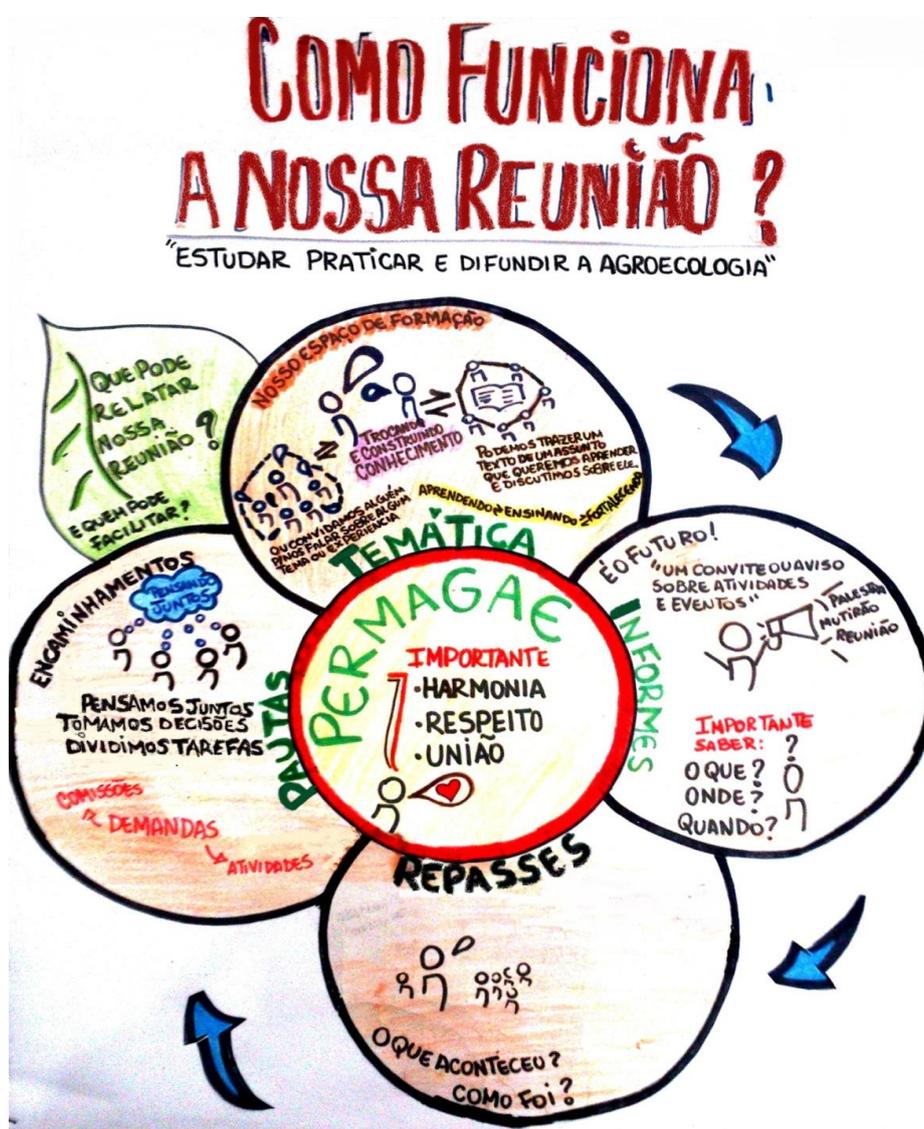


Figura 1- Facilitação gráfica da estruturação básica das reuniões realizadas semanalmente pelo Grupo de Agricultura Ecológica (GAE) na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Fonte: Bianca S’antana

Nessa perspectiva busquei iniciativas que proporcionassem a integração entre a comunidade acadêmica da UFRRJ e a população local, residente em Seropédica. Observando que historicamente esta vivencia um enorme distanciamento das atividades da universidade. Foi então que conheci o projeto de realização de uma feira da agricultura familiar dentro do *campus*, composta por agricultoras e agricultores do município de Seropédica e do seu território, compreendido como a região metropolitana e a baixada fluminense. Pouco tempo depois, estava engajada no projeto que contemplava o caráter de Extensão. Podendo fortalecer um dos pilares ainda pouco explorados da universidade, e que contemplava minha conexão com a “terra” e o encantamento pelos saberes, suas transmissões e seu potencial transformador.

A Feira da Agricultura Familiar na UFRRJ (FAF Rural) *campus* Seropédica é um dos frutos do projeto intitulado “Fortalecimento da agricultura familiar na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro: construção de mercados e assistência técnica para o desenvolvimento local sustentável” (Pró-Reitoria de Extensão/ UFRRJ, Processo n.º 23083.003461/2015). Com o objetivo de fortalecer a agricultura familiar local e regional, promovendo maior integração da universidade com a comunidade próxima. Bem como expandir os espaços de discussões sobre temáticas que envolvem questões relacionadas à feira, seus protagonistas e sua importante participação na dinâmica social. Promovendo, através da proximidade entre produtores locais, comunidade de Seropédica e acadêmica, uma interação que possui o potencial de fortalecer a agricultura familiar fluminense, gerando renda, disponibilidade de alimentos saudáveis e um rico intercâmbio de cultura e saberes populares entre os frequentadores (estudantes, técnicos administrativos, funcionários terceirizados, docentes e frequentadores do *campus* em geral), oriundos do campo e da cidade.

Para comercializar seus produtos na feira, os interessados preencheram um cadastro com informações básicas, tais como nome, telefone e endereço para contato, divulgados pela internet, colocação de cartazes nos pontos comerciais do município, pelo escritório da Emater-Rio e na feira livre do Km 49 em Seropédica. Foram realizadas reuniões no escritório local Emater e os interessados foram cadastrados. Os feirantes foram distribuídos por bancas de acordo com o local de origem, sistema de produção, afinidade, produtos, etc. As atividades foram normatizadas por um Regimento Interno, construído e aprovado participativamente pela coordenação e pelos feirantes em assembléia deliberativa (Figura 2), com o intuito de guiar e dar autonomia aos integrantes na resolução possíveis questões que venham a surgir, bem como prever e evitar conflitos. Também, em assembléia, definiu-se sua

representação gráfica (Figura 3), que carrega em seu simbolismo valores da agricultura familiar local. Como por exemplo, a representatividade da mulher e do homem produzindo no campo e promovendo a soberania alimentar através do acesso a um alimento de boa qualidade e com custos acessíveis para a população local, rural e urbana.



Figura 2- Assembléia deliberativa da FAF-Rural, realizada na UFRRJ, no dia 15/03/2017



Figura 3- Representação gráfica da identidade da FAF-Rural, deliberada em assembléia no dia 15/03/2017

A FAF Rural atualmente é composta por 11 bancas que foram adquiridas pela UFRRJ através de abertura de edital de licitação. Atualmente conta com um total de 32 feirantes, que se apresentam de forma individual e/ou representando coletivos expondo seus produtos para venda. Com o caráter de fomentar a agricultura familiar local e o diálogo da universidade com a comunidade vizinha, a feira possui cerca de 20 núcleos familiares e é majoritariamente integrada por moradores de Seropédica e de localidades próximas, incluindo Km 49 , Reta de Piranema, Coletivo, Eldorado), Paracambi, Itaguaí (Mazombinha), Nova Iguaçu e Rio de Janeiro (Bairro Campo Grande) (Figura 4).

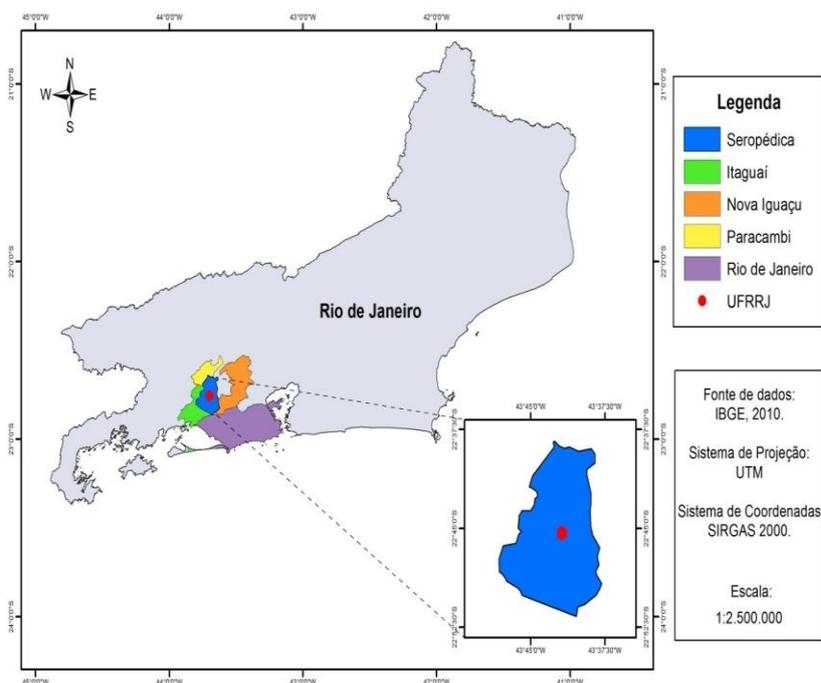


Figura 4- mapa representativo do posicionamento das residências das agricultoras e agricultores participantes atualmente da feira em relação ao campus da UFRRJ (Seropédica)

Há uma forte representatividade feminina na feira, tanto na parte de produção como no trato com a venda, uma vez que estão presentes nas atividades cerca de 20 mulheres, ou seja, aproximadamente, dois terços dos participantes. Nessa mesma perspectiva de representatividade, fugindo do histórico de fuga para as cidades de grande parte dos jovens, devido á precarização do campo, a feira possui uma participação de jovens agricultores (rurais e urbanos), independentes ou que acompanham seus pais e se mantém nas atividades intimamente ligadas à agricultura.

Juntamente com uma série de parcerias (Embrapa Agrobiologia, Emater - Rio, Pesagro-Rio, Agribio), vem sendo realizado um ciclo de cursos e “dias de campo” para capacitação técnico-produtiva dos agricultores com enfoque agroecológico. Essas atividades visam e contemplam a sustentabilidade da produção de alimentos em unidades familiares. Até o momento foram desenvolvidos os seguintes temas: adubação verde, inimigos naturais de pragas agrícolas, vermicompostagem e produção de substrato para mudas, avicultura orgânica, fruticultura orgânica, amostragem para análise de solo e produção de bokashi, olericultura orgânica, certificação orgânica e dia de campo sobre inoculação alternativa de feijão-de-corda.

Além disso, dois residentes em agronomia fazem parte da coordenação, organizam as reuniões, preenchem relatório de comercialização dos produtos na FAF e prestam assistência

técnica e extensão rural com enfoque agroecológico aos feirantes. Através das ações da residência também tem sido possível identificar agricultores que podem ser certificados como orgânicos e fazer a facilitação para que integrem os sistemas participativos de garantia (SPG) e possam certificar seus produtos como orgânicos. A agricultura orgânica de base ecológica visa produzir alimentos saudáveis, sem contaminantes intencionais e constitui uma série de estratégias e práticas para a exploração mais sustentável dos agroecossistemas locais, agregue valor econômico e nutricional, e que corroborem com a dinâmica dos núcleos familiares e suas especificidades. Além disso, estimula-se a racionalização/substituição do uso de agrotóxicos por defensivos alternativos permitidos na agricultura orgânica como o primeiro passo para a transição de sistema orgânico para o convencional. A FAF Rural é mista, sendo possível encontrar produtores convencionais, orgânicos e em transição para o orgânico.

A FAF Rural é realizada semanalmente, no jardim ou corredor interno do prédio principal da unidade (Figura 5 e 6). Sua composição de produtos é rica em diversidade e qualidade, podendo ser encontradas distintas variedades de banana, feijões, folhosas, aipim, jiló, berinjela, quiabo, doces, plantas ornamentais, plantas medicinais, temperos, alimento vivo, entre tantos outros produtos locais.



Figura 5- Registro do jardim interno no prédio principal da UFRRJ/ Seropédica em dia de realização da Feira da Agricultura Familiar no mês de setembro de 2016



Figura 6- Registro corredor interno do prédio principal da UFRRJ/ Seropédica em dia de realização da Feira da Agricultura Familiar no mês de setembro de 2016

2 MATERIAL E MÉTODOS

Neste trabalho foram adotados métodos de caráter qualitativo e quantitativo. De forma a tornar-se mais coeso e factível de discussões posteriores, a metodologia foi dividida em três eixos principais: levantamento bibliográfico documental, pesquisa participante direta e entrevistas semi-estruturadas.

2. PESQUISA DOCUMENTAL E PARTICIPANTE POR OBSERVAÇÃO

As pesquisas do presente trabalho tiveram início no mês de setembro de 2016 e conclusão em fevereiro do ano de 2017. Para a viabilidade de acesso a um maior número de materiais com conteúdos relacionados ao tema, utilizou-se de ferramentas como: Google Acadêmico e buscador comum, Plataforma Scielo e Ebah. Dessas ferramentas obtiveram-se livros, revistas, teses, dissertações, filmes, charges e documentários relacionados ao tema.

O levantamento bibliográfico teve foco na divisão dos temas que seriam abordados ao decorrer do desenvolvimento do texto. Realizou-se uma busca textual sobre os seguintes aspectos: contextualização do processo de educação e suas implicações sociais, diferentes modalidades educacionais (formal, não formal e informal), espaços de desenvolvimento da Educação Popular, aspectos presentes em espaços de feira importantes no ensino-aprendizagem, Referenciou na literatura crítica de diversos autores que discutem a atuação e importância da Educação Popular como ferramenta participativa e transformadora dos moldes

e estratificações sociais. Utilizando como cenário de análise focal os espaços de feiras numa perspectiva de ensino-aprendizagem.

Tratando-se de um trabalho no qual o espaço de observação se constitui de grande complexidade e rapidez em sua dinâmica, optou-se por adotar também a pesquisa participante através da observação como método de captação de informações. Segundo MARCONI, M. A. *et al* (2002), a observação é uma forma de coleta de dados que faz uso dos sentidos para tal. Tratando-se para além da visão e audição e analisando os fatos e fenômenos que ocorrem no ambiente e que sejam de interesse estudo.

2.2 ENTREVISTAS

Visando alcançar uma leitura mais subjetiva e flexível dos futuros resultados, escolheu-se realizar uma metodologia que englobasse uma pesquisa de cunho também qualitativo para obtenção dos resultados em uma leitura mais integrada entre o indivíduo e o meio social que o compõe. Nessa perspectiva, Silva e Menezes (2001) discorre:

[...] considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem (MENEZES E SILVA, 2001, p.20).

O questionário aplicado levantou informações sobre a percepção da comunidade acadêmica da UFRRJ (Seropédica), na associação dos espaços de feiras com as seguintes temáticas: economia local e geração de renda, produtos orgânicos, alimentos frescos, meio ambiente, praticidade, tempo, confiança da origem do produto e agricultura familiar. O público alvo foi representado e categorizado em: docentes, discentes, técnicos administrativos e funcionários terceirizados. Os participantes da entrevista foram escolhidos de forma aleatória. Para a determinação do tamanho da amostra, realizou-se um levantamento do número total de indivíduos, em cada categoria a ser amostrada. E, de acordo com a metodologia adaptada por Little (1997) *apud* Fontes *et al.*(2003), para definir o tamanho mínimo da amostra, adotou-se o critério mais rigoroso para as categorias: docente, técnico-administrativo e terceirizado, e o critério médio para discente (Tabela 1).

Tabela 2: Pesquisa sobre as feiras livres na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica. Número de indivíduos e percentual de entrevistados por categoria

Categoria	Número de indivíduos		(%)
	Total	Entrevistados	
Docente	1.236	37	3
Discente	14.660	294	2
Técnico administrativo	1.248	37	3
Terceirizado	429	23	5
Total	17.573	391	2.23

Fonte: elaborado pela própria autora.

No questionário constavam as seguintes questões:

1. Sexo e idade;
2. Qual é o seu vínculo com a UFRRJ?
3. Frequenta alguma feira livre? Se sim. Com que frequência? Qual (is)? Se não. Por quê?
4. Qual é a sua percepção com relação às feiras livres? () alimentos frescos () produtos orgânicos () meio ambiente e preservação ambiental () economia local e geração de renda () praticidade () ganhar tempo () confiança () agricultura familiar;

Após a realização das entrevistas os dados foram digitados e transcritos na forma de gráficos e tabelas para análise dos resultados.

1 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Temas transversais e ensino de Ciências/ Biologia

Frequentando esse espaço organicamente, em seus detalhes organizativos pude notar algo que me saltou aos olhos: a riqueza de espaços educativos que presenciei no desenrolar das atividades naturais da feira. Além de vivenciar turmas de graduação e mestrado da área de agrárias sendo trazidas para debater as questões da disciplina observando a feira (Figura 7 e 8), alunas da área de comunicação realizando projetos de fechamento de disciplina com uma matéria sobre a FAF e até a participação de uma turma do Ensino Médio do Colégio Alvarina de Carvalho Jannotti (Figura 9). Participei e observei debates e explicações sobre assuntos como: processo de aquisição da Declaração de Aptidão ao Pronaf¹⁰ (DAP), orientação agroecológica, importância socioambiental da produção de alimentos no sistema

¹⁰ A Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) é um documento pra que agricultoras e agricultores familiares consigam acessar às mais de 15 políticas públicas do Governo Federal. São exemplo delas o crédito rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf); a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural; e os programas de compras públicas, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

orgânico, bem como suas especificidades e técnicas (Figura 10), soberania e segurança alimentar, gargalos enfrentados pela agricultura familiar, consumismo, processamento e conservação de alimentos, as mais diversas receitas, nutrição com alimentos vivos e seus benefícios (Figura 11), medicina alternativa com plantas, informações sobre doenças e suas prevenções, unidades de comercialização (kg, maço, molho, dúzia, etc.), o debate da falta da interação das atividades realizadas no campus e a comunidade local no caráter de extensão precarização das regiões rurais na dificuldade de alcance de auxílios básicos como: saneamento básico, educação, saúde e cultura, sazonalidade e particularidade dos produtos (Figura 12), conversas esclarecedoras da conjuntura política do país, correlações sobre consumo político e as modalidades de consumo de circuitos curtos e longos; problemas enfrentados localmente como: a implantação do “lixão” em Seropédica, a falta de iluminação na cidade, o aumento alarmante da violência, a condição das estradas, bem como modos de alcançar essa consciência política-social, dentre tantos outros. Mais um aspecto interessante foi a utilização do espaço da feira para a discussão de questões que envolviam o atual cenário político. Sendo pautados seus conflitos na área da educação e sua repercussão em uma série de mobilizações sociais.



Figura 7- Registro realizado na FAF-Rural em setembro de 2016, no qual é possível visualizar grupos de interações entre estudante, professores, agricultoras (es)



Figura 8- Registro realizado na FAF-Rural em julho de 2017, mostrando turma de Mestrado Profissional em Agroecologia do Instituto Federal do Espírito Santo, trazida por professor da Embrapa responsável por uma disciplina de vivências para ter um espaço formativo na FAF-Rural



Figura 9- Registro realizado no mês de novembro de 2016, no qual a turma do Ensino Médio do Colégio Alvarina de Carvalho Jannotti participou de um espaço formativo desenvolvido na FAF-Rural



Figura 10: Registro realizado na FAF-Rural em outubro de 2016, demonstrando o diálogo entre produtor-consumidor que permearam questões do alimento orgânico, plantas alimentícias não convencionais (PANCs) e meio ambientes



Figura 11: Registro realizado na FAF-Rural em outubro de 2016, no qual agricultora e consumidora debatem sobre o consumo de alimentos vivos, sua produção, benefícios, malefícios, além de trocaram diversas receitas e dicas de consumo



Figura 12: Registro realizado na FAF-Rural em outubro de 2017, no qual agricultora apresenta seus produtos, correlacionando-os com o método de produção e, ainda, ensinando os nomes e suas propriedades

Sendo assim, visualizamos a FAF-Rural, também como um espaço que vai além da comercialização de mercadorias, sendo rica em sua sociabilidade e com grande potencial para ser pensada e observada como rico espaço formativo humano não formal, informal e formal. Sendo, portanto, concebida como repleta de práticas de educação popular e de produção

cultural (DALENOGARE E ALBERTI, 2011). Elaborando e reelaborando saberes e experiências também nas práticas diárias do trabalho e socialização.

A FAF-Rural encontra-se localizada em um espaço diferenciado, fazendo dela uma feira com características específicas. Nessa é possível traçar estratégias de ações com caráter de extensão universitária que vise abordar as questões vivenciadas pelos agricultores, contextualizando com os conteúdos vistos em aula. Por exemplo, alunos de agronomia e zootecnia se formam todos os períodos e muitos deles nunca vivenciaram realmente a relação com um agricultor, que é a que estará no futuro profissional de muitos desses. Assim, é possível integrar dinamicamente conteúdos das diversas culturas ensinadas na agronomia, a produção animal da zootecnia, o possível manejo dos diversos tipos de áreas de proteção ambiental, o manejo e conservação de alimentos no curso de engenharia de alimentos a transição para a produção agroecologia e orgânica, a viabilidade econômica das produções como curso de economia/administração, as atividades culturais como dança, música e teatro e os saberes, o estudo da carga histórica local, etc interagindo com atividades já produzidas ou desejadas nas áreas desses agricultores participantes da FAF-Rural.

As possibilidades de interação são as mais diversas. Sendo possível construir um saldo positivo para ambos, realizando assim, uma formação política, construtiva e que realmente fomenta ações sociais que valorizem a categoria de trabalhador rural.

Nessa perspectiva, é importante que, através dos laços de proximidade entre produtor-consumidor/frequentador, seja realizado o reconhecimento dessas produtoras e produtores também no meio acadêmico. Valorizando esses protagonistas sociais nesses e em outros espaços, a partir de novas iniciativas pedagógicas que os tenham também como detentores de importantes saberes, a partir de inovações nos princípios, hipóteses e resultados das ciências já constituídas (ARANHA, 2003).

Essas problematizações, realizadas também no meio acadêmico, geram materiais de divulgação e iniciativas de investigação desta temática que são importantes para a sustentação e maior repercussão de seu debate. Relevando essas para a construção do diálogo com a sociedade em relação às consequências benéficas da atividade das feiras livres promovidas pela agricultura familiar. Tornando possível, a partir dessas iniciativas, a conscientização de uma gama de valores e potencialidades que estão inerentes ao ato de comprar nesses espaços.

Sendo assim, com a finalidade de aproximar ainda mais este trabalho do plano da atuação prática, o visualizo enquanto ferramenta didática no ensino de Ciências/Biologia.

Observando, através de minha carga histórica e segundo a Lei de Diretrizes e Bases (LDBEN) Art. 43, que a educação superior como tendo a finalidade de incentivar a capacidade criativa e reflexiva, o desenvolvimento de pesquisas com o intuito de fomentar a difusão cultural, conhecendo o contexto onde se vive de modo a atuar de forma dialógica com a sociedade. Bem como promover a atuação dos profissionais formados em ações que garantam e aperfeiçoem a educação básica, realizando ações pedagógicas de caráter de extensão, tornando os dois níveis de educação próximos (Inciso acrescido pela Lei nº 13.174, de 21/10/2015).

Nessa perspectiva de atuação profissional do licenciado em Ciências Biológicas, podemos apontar analisando os documentos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), os temas transversais como importantes ferramentas pedagógicas ao que se refere ao currículo do ensino no Brasil. Esses são definidos como temas que implicam em uma abordagem interligada de diversas áreas de ensino-aprendizagem. Perpassando assim as áreas já definidas e coexistindo em diversas delas com o compromisso de realizar ações no âmbito escolar que envolva e interajam com o ambiente também externo à escola e suas particularidades sociais. Recentemente, segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais existem propostas para que os temas sociais na escola sejam abordados como transversais, de modo a contemplá-los em sua complexidade, não restringindo em uma única área. Dando ao professor a possibilidade de uma abordagem mais dinâmica, significativa e contextualizada desses temas. E, aproximando ao máximo possível das reais demandas da sociedade, tratando de questões que estão intimamente ligadas à dinâmica do dia-dia do aluno. Tomando o cuidado de eleger, portanto, temas da localidade para compor as abordagens transversais.

Segundo os documentos citados, exemplos de temas plausíveis de serem abordados no ensino de Ciências/Biologia como Temas Transversais são: trabalho, consumo, meio ambiente e saúde, por exemplo. Assim, tendo em vista estes e as características abrangentes das feiras livres abordadas até o momento neste trabalho, visualizo-as como locais que abarcam uma série de debates sociais que converge com os tópicos de Temas Transversais aplicados nas escolas segundo os PCN. Podendo assim, ser observada e discutida no ambiente escolar e fora dele com a finalidade de promover um aprofundamento nas temáticas apontadas anteriormente de forma contextualizada e visualizando um componente da realidade e dinâmica local do educando-educador.

3.2 Entrevistas

Identificação

Dentre o total de 37 professores que responderam ao questionário, 13 são mulheres, 23 homens e 1 não apontou nenhuma alternativa. Dentre os 293 estudantes 180 são mulheres e 113 homens. Dos 37 funcionários técnicos, 10 são mulheres e 27 homens. E, dentre os 26 funcionários terceirizados, 9 são mulheres e 17 homens. Sendo num total geral 40% mulheres e 60% homens.

Podemos verificar com isso que, apesar de ocorrer variâncias nas quantidades de mulheres e homens em cada categoria, quando consideramos o total de entrevistados (391) notamos que há certo equilíbrio entre os dois sexos sendo 60% mulheres e 40% homens. Com isso podemos visualizar que existe atualmente uma dinâmica relativamente equilibrada em relação à ocupação e participação no corpo universitário entre a quantidade de mulheres e homens. Trazendo com isso, uma suavização de uma possível interferência na resposta do questionário envolvendo os papéis que nossa sociedade patriarcal e machista ainda hoje direciona as mulheres e homens.

A distribuição por faixa etária mostra que dentre os professores, técnicos e terceirizados, houve grande variação de 20 a 74 anos. Dentre os estudantes, 17 a 47 anos.

Noventa por cento dos entrevistados responderam que não são moradores de Seropédica, ao passo que apenas 10% responderam afirmativamente. Quando analisamos os estudantes é importante contextualizar que, devido ao programa REUNI¹¹ ocorreu abertura de um maior número de vagas em universidades públicas em todo o país. Assim, e com a utilização do ENEM como avaliação e o sistema SISU de inscrição advieram uma facilitação para o ingresso de pessoas de diversas localidades do país. Com isso, assim como eu, grande parte desses não são naturais do município de Seropédica, onde se localiza um dos *campus* da Universidade. Notamos assim, um curioso fato no qual, apesar desses estudantes, na maior parte do tempo de vivência semanal, estar realizando suas atividades em Seropédica e, muitas das vezes possuírem até mesmo casas alugadas na cidade, quando questionados, não se veem enquanto moradores da cidade. Questionamos que essa resposta possa estar ligada tanto ao processo natural de desvinculo dos laços familiares ligados à questão de moradia e independência financeira, como ao fato desses estudantes não estarem integrados as atividade da cidade em sua totalidade, mantendo-se comumente limitados às ações diárias ligadas a

¹¹ REUNI- A expansão da educação superior conta com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que tem como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior. O Reuni foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, e é uma das ações que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Disponível em: <http://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni>. Acessado em: 03/07/2017

universidade (aulas, estágios, saídas de campo, festas, etc). Utilizando Seropédica, muitas vezes, apenas como um tipo de cidade dormitório. E como consequência, muitas das vezes, não sendo construídas junto à comunidade local atividades que pudessem trazer esse sentimento de participação e pertencimento á localidade. Entendemos que, além das atitudes diárias realizadas na cidade (mercado, posto de saúde, de gasolina, farmácias, lotéricas, etc), a estruturação de intervenções locais partindo de projetos de extensão, pode apresentar grande importância nesse processo. Trazendo nesses uma visão de construir, junto à comunidade, propostas em busca de melhores condições de vida para todos os que ali habitam.

Em relação à frequência com que fazem feiras, 70% dos estudantes apontaram não possuir esse hábito; dentre os professores 51,3% não fazem feira; dos funcionários técnicos 54% não costumam ir às feiras; dos funcionários terceirizados 57%. Nesse quesito foram apontadas como justificativas para não ir às feiras principalmente “não saber onde se localiza”, “não ter perto de casa”, “falta de oportunidade”, “não possuir o hábito” e “falta de dinheiro”. Relembrando que, boa parte da comunidade acadêmica não reside em Seropédica nos finais de semana e que, a feira da cidade ocorre apenas aos domingos, é compreensível o fato da maior parte dos entrevistados afirmarem não possuir o hábito de fazer feira. Entendendo que é possível que também não existam feiras próximas às residências de retorno aos fins de semana, que elas ocorram entre segunda-feira e sexta-feira, ou apenas que não possuam curiosidade e interesse em consumir em feiras.

Das relações entre os espaços de feiras livres e a economia local, cerca de 60% dos entrevistados em cada categoria a relacionam com feira, com exceção apenas dos terceirizados que realizam em 30% essa associação (Figura 13).

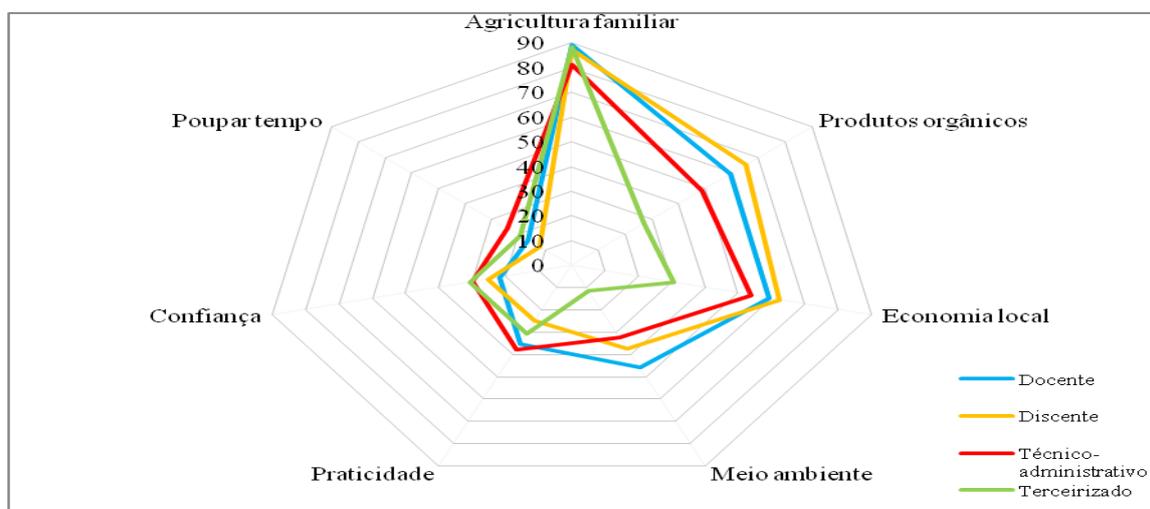


Figura 13: Resultados da pesquisa sobre as feiras livres na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica. Porcentagem de indivíduos entrevistados agrupados por categoria de análise

Esses espaços são importantes para a economia local porque são canais de venda direta em circuitos curtos de comercialização e consumo, possibilitando uma melhor remuneração ao agricultor (devido a eliminação da figura do atravessador), possibilitando o acesso a um capital de giro que, em sua grande maioria, será utilizado em transações de compra na região e em localidades próximas. Possibilitando uma maior autonomia do agricultor em relação aos circuitos longos orientados pela lógica comercial e industrial (DALROT et al., 2013).

Com relação à qualidade dos produtos nas bancas de feira, cerca de 60% dos estudantes e discentes entrevistados associa aos orgânicos, cerca de 50% dos técnicos os associam e apenas 26% dos terceirizados realizam essa relação. As feiras e os pontos de venda de produtos orgânicos tem se difundido no estado do Rio de Janeiro, como nos pontua em entrevista para o site Organics net, o Coordenador da Comissão de Produção Orgânica no Rio de Janeiro, Alfredo Mager, (2014). Sendo que, a percepção do consumidor em relação ao orgânico é principalmente limitada a aquele alimento produzido sem agrotóxicos. Portanto, entendido como confiável e saudável em comparação àqueles de origem da agroindústria (HOEFKENS, *et al.*, 2009). Assim, os consumidores desses produtos os associam ao sabor, à preservação da natureza, por ser positivo à saúde e ao desenvolvimento local (TREVIZAN; CASEMIRO, 2009).

A associação das feiras livres com meio ambiente é de aproximadamente apenas 30% no somatório de todos os entrevistados. Esse dado é bastante impactante uma vez que estamos lidando com um público muito específico, dentro de um campus universitário federal rural. Sendo inevitável a expectativa que, uma vez imersos nesse ambiente, sejam capazes de realizar tal associação. No entanto, os resultados da pesquisa não corroboram com tal premissa. A relação com o meio ambiente, salvo os extremos, diz respeito a uma associação benéfica com os recursos naturais da localidade. Fazendo uso dos saberes transmitidos e construídos acerca das características específicas da paisagem, a partir da observação e experimentação, para um manejo produtivo que vá de encontro aos processos e dinâmica ecológica local. Contribuindo para diminuir as agressões ambientais realizadas no processo de produção agrícola e, conseqüentemente, influenciando positivamente na frenagem das atuais mudanças climáticas (PLOEG, 2014). Através de uma prática indissociável dos processos naturais da paisagem, que visem baixas taxas de gases de efeito estufa, zele pela

redução do desperdício em sua dinâmica da utilização de água, energia e dos custos para o produtor familiar em sistemas mais diversificados e em menor escala produtiva.

De modo geral, menos de 30% dos entrevistados relacionou as feiras livres com poupar tempo e praticidade. Contudo, sabendo-se da formação de laços entre consumidor-produtor e a característica geral das feiras em se preocupar com a manutenção das bancas e seus agricultores no mesmo posicionamento, entendo que se torna mais fácil a localização dos produtos desejados, possibilitando uma maior rapidez na compra. Contudo, a partir das observações realizadas na FAF-Rural após sua inauguração e pós entrevistas, é notório que muitas vezes, apesar da possibilidade de realizar uma compra de forma mais rápida, grande parte dos frequentadores devotam maior tempo nesses ambientes devido a interação com seus componentes.

De modo geral, a associação com a confiança em relação às feiras livres é baixa, menos de 31% para todas as categorias. Questão essa que é potencializada positivamente pelo desenvolvimento de laços de proximidade entre produtores e consumidores nesses espaços. Contudo, quando visualizamos a questão sobre se o entrevistado possuía o “hábito de fazer feira”, a maioria respondeu que não faz feira e por isso não estabelece o vínculo com o feirante, muito menos se criam condições para que a confiança emerja dessa relação.

Na prática, assim como é descrito na literatura, as feiras livres foram associadas com agricultores familiares em cerca de 90% dos entrevistados. Sendo entendida como um espaço onde é possível ver expressões culturais e políticas que reafirmam, ou modificam, a dinâmica local e possibilitam a consolidação do agricultor através do escoamento direto da produção. Entendemos que, no imaginário coletivo o agricultor familiar é o pequeno produtor rural. Todavia, quando buscamos entender mais a fundo o que é a agricultura familiar no Brasil, nos deparamos com uma série de debates. Existe segundo Fernandes (2002) um debate que precisa ser esclarecido em relação ao que seriam os agricultores familiares (enquanto conceito de organização de trabalho) e o que seria o trabalho camponês (pequeno agricultor/produtor). De acordo com Costa (2000), é possível apontar a agricultura camponesa como um modo de vida de famílias em que se desenvolve a agricultura, com capacidade de sanar seus problemas reprodutivos em função da produção rural. Não tendo uma diferenciação entre os que decidem a dinâmica do trabalho daqueles que se beneficiam dessa organização. Após a Revolução Verde, conforme nos apontam Carvalho e Costa (2012), ocorreu um crescente uso da nomenclatura “agricultura familiar”, quando se referenciavam as famílias camponesas que se “aproximavam” da produção capitalista ao

fechar contratos de produção com empresas nesses moldes. Sendo efetivada a expressão formalmente quando decretada pela Lei 11.326/2006 (BRASIL, 2006). Segundo os mesmo autores, a expressão carrega em sua concepção a ideia de que o crescimento da agricultura camponesa está inseparável da agricultura familiar, direta ou indiretamente, ligada às empresas capitalistas, principalmente a agroindústria. Dito isso, acreditamos, contudo, ser possível e importante realizar uma visualização que perpassasse nomenclaturas (agricultura familiar, camponesa, pequeno agricultor, entre outras), sem desmerecer e ignorar suas consequências reais. Direcionando num entendimento que existiram e existem unidades e coletivos familiares que possuem uma dinâmica organizativa de trabalho que nega e luta para não se enquadrar nos moldes “produtivistas do capital”. Compreendendo que os agricultores familiares possuem o objetivo de alcançar mercado sim, sendo produtivos. Dando ênfase ao seu forte potencial para contribuir com um modelo de agricultura que detenha de valores políticos, culturais e socioambientais diferenciados dos moldes apresentados pelo agronegócio (Figura 14). Fortificando valores que, com um viés organizativo, possibilitam a valorização e melhorias de vida para a trabalhadora e trabalhador rural, suas características culturais e ambientais da região. Como nos aponta Ploeg (2014), quando nos afirma que a agricultura familiar não faz uso dos seus recursos visando somente o lucro, mas sim para conseguir atingir níveis de renda que os possibilitem a alcançar uma vida digna e condições para o contínuo investimento no estabelecimento.



Figura 14: Esquema didático das 10 qualidades da Agricultura familiar. Fonte: Cadernos de Debate da AS-PTA n. 1 • Fevereiro de 2014

É fundamental repararmos que, cerca de 60% de todos os entrevistados apontaram que não possuem o hábito de “fazer feira” em seu cotidiano, logo, as relações discutidas acima, a partir dos itens do questionário associadas à educação tendem a ser dificultadas. Assim tratar

as feiras livres no âmbito educativo possibilita enxergar uma alternativa pedagógica com o intuito de tornar o ensino mais contextualizado e interativo com as questões que cercam a vivência local. Além de trazer em questão a conscientização dos consumidores sobre essas e outras possíveis relações alcançadas pelo contato direto entre públicos de mundos diferentes - produtores, professores, técnicos, estudantes, terceirizados e moradores de Seropédica. Possibilitando com que as pessoas entrem em contato com uma gama de elementos desses ambientes e os enxerguem, em decorrência do aumento do nível consciência, como político. Realizando a escolha de seu local de compra a partir de uma leitura real do que esse ato pode significar num âmbito sociopolítico e cultural, fugindo do foco puramente mercadológico. Tendo a real opção de escolher fortalecer sabidamente questões como a economia e geração de renda local, a acessibilidade a produtos orgânicos, alimentos frescos, a valorização e zelo com o ambiente, ter a possibilidade de confiar na origem do produto, fomentar a estruturação e valorização da agricultura familiar e o rico ambiente de saberes populares no qual é possível aprender, ensinar e construir saberes de forma simples e interativa.

Assegurando o aumento da frequência dos consumidores na feira também por uma ação de consumo político, de quem defende e quer atuar em prol desses canais de venda direta e suas amplas implicações. Fortalecendo a superação desse importante gargalo da agricultura familiar que é o escoamento da mercadoria (apontado na pesquisa quando menos de 50% afirmam fazer feira), através de uma aproximação do consumidor com correlações e questões desses espaços que atingem para além do campo mercadológico e implicam diretamente em questões próximas ao contexto social local. Utilizando para isso conteúdos educativos populares de abordagem não formal, informal e formal.

Focou-se nesse trabalho na abordagem dos aspectos relacionais entre os espaços de feiras livres e sua visualização enquanto um ambiente de ensino-aprendizagem, resistente aos circuitos longos de comercialização e consumo, sendo espaços que fomentam a agricultura familiar e a educação popular. Ricos no viés das lutas sociais e da educação popular. Podendo ser abordado, a partir de sua observação mais sensível, como um espaço repleto de aspectos passíveis de serem estudados como Temas Transversais no ensino de Ciências/Biologia. Afim de, pôr em debate e esclarecer, também, questões que permitam ao consumidor repensar seu hábito de consumir e se alimentar em seu cotidiano, fazendo desses um ato político e consciente de suas implicações sociais.

2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dos resultados obtidos por meio das análises bibliográficas e das entrevistas realizadas, é possível apontar algumas inferências quanto à visualização dos espaços de feira como locais com potencial para o ensino-aprendizagem, bem como sua observação e debate de Temas Transversais previstos no ensino de Ciências/Biologia.

Tendo em foco a riqueza de aspectos e valores presentes nos espaços de feira, e, visualizando abordagens que possibilitem a inserção da prática e teoria educativa nas construções e vivências cotidianas, tendo-os enquanto espaço de ensino-aprendizagem popular, seja na modalidade de ensino formal, não formal ou informal. Entendendo a educação como uma questão que perpassa muros e institucionalidade. Sendo construída a todo o momento, em diversos espaços sociais, por sujeitos individuais ou coletivos. O que possibilita uma abordagem mais coerente, contextualizada e próxima da realidade local. Bem como desperta e elucida a riqueza desse ambiente e de seus componentes.

Acreditando que o processo de socialização nos espaços não formais, informais e formais de ensino é responsável no debate, construção e conscientização do indivíduo, observamos os espaços de feira enquanto locais passíveis de visualização para a abordagem construtiva e rica de inúmeros temas educativos, incluindo, assim, os temas transversais no ensino de ciências/biologia e nas diversas áreas de ensino-aprendizagem. Realizando um entendimento mais flexível e sensível do que seriam espaços de educação, independente da modalidade, para que a prática de ensino-aprendizagem seja voltada para o processo de conscientização do indivíduo e seus coletivos. Atuando de forma democrática na estruturação de espaços de formação crítica, curiosa e ativa politicamente, fugindo da mera reprodução dos interesses das classes dominantes e fortalecendo a possibilidade da construção de um projeto de sociedade que valorize o indivíduo, o coletivo e seu complexo ambiente de inserção.

Assim, a partir dos resultados da pesquisa exploratória podemos apontar que, para aumentar o nível de consciência do sujeito em relação aos aspectos que permeiam os espaços de feira, também no campo do ensino de Biologia/Ciências, é necessário que suas temáticas sejam abordadas de forma mais abrangentes em todos os ambientes educativos. Construindo metodologias, seja o próprio ambiente da feira ou na institucionalidade da educação, que consiga instigar a construção de ideais e valores que prezem pela vida na sua mais ampla concepção, sem a desconexão dos seres.

Uma possível estratégia, para iniciar atividades de cunho educativo nos espaços de feiras, É a busca pela aproximação dos educandos-educadores das atrizes e atores desses ambientes. Procurando construir junto às agricultoras e agricultores atividades práticas que

envolvessem seus saberes populares e que gerasse um ambiente de organização horizontal, leve e favorável para troca mútua de conhecimentos.

3 ANEXOS

UFRRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
ICBS - INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SAÚDE
MONOGRAFIA DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Prezado (a) Senhor (a), _____

Meu nome é **Stéfane Ketlyn de Oliveira** e estou realizando a pesquisa acadêmica aplicada sobre o tema **Feiras de agricultura como potenciais espaços de ensino-aprendizagem de ciências/biologia**. Esta pesquisa compõe a minha monografia realizada no Instituto de Biologia/UFRRJ, sob orientação do Prof. Dr. Anelise Dias. As informações a seguir destinam-se a convidá-lo (a) a participar voluntariamente deste projeto na condição de fonte, ou seja, o sujeito que fornece as informações primárias para a pesquisa em curso.

Para tanto é necessário formalizarmos a sua autorização para o uso das informações obtidas nos seguintes termos:

- A sua participação é totalmente voluntária;
 - Pode se recusar a responder qualquer pergunta a qualquer momento;
 - Pode se retirar da pesquisa no momento da coleta de dados e dá-la por encerrada a qualquer momento;
 - A coleta de dados tem caráter confidencial e seus dados estarão disponíveis somente para a pesquisadora autora do Trabalho Final de Curso (TFC) e para seu orientador;
 - Partes do que for dito poderão ser usadas no relatório final da pesquisa, sem, entretanto, revelar os dados pessoais dos entrevistados, como nome, endereço, telefone, etc. Dessa forma, as informações obtidas não serão divulgadas para que não seja possível identificar o entrevistado, assim como não será permitido o acesso a terceiros, garantindo proteção contra qualquer tipo de discriminação ou estigmatização;
 - Os dados e resultados desta pesquisa poderão ser apresentados em congressos, publicados em revistas especializadas e da mídia, e utilizados na dissertação de mestrado, preservando sempre a identidade dos participantes;
 - Fica, também, evidenciado que a participação é isenta de despesas;
 - Se desejar, o participante poderá receber uma cópia dos resultados da pesquisa, bastando assinalar ao lado essa opção: () SIM, desejo receber cópia do relatório final.
 - Em casos específicos de pesquisas em que se requer o uso de vídeos e fotos dos informantes (grupo focal, pesquisa ação, etc), o informante deverá assinalar que concorda e libera o uso de imagem para divulgação em ambientes midiáticos ou em ambientes científicos como congressos, conferências, aulas, ou revistas científicas, desde que meus dados pessoais não sejam fornecidos:
- SIM, concordo com a cessão de minhas imagens por livre e espontânea vontade /OU /

() NÃO, o uso de minhas imagens em forma de vídeos ou fotos não é permitida.

Ao concordar com os termos descritos e aceitar participar do estudo, pedimos que assine o termo em sinal de que o TCLE foi lido, formalizando o consentimento voluntário de participante.

Nome completo (Legível): Vanessa Dias Danciger

Tels: () 21 97520-2525

Email: quintaldavanessa@gmail.com

ASSINATURA

 , 3/5/17.

() NÃO, o uso de minhas imagens em forma de vídeos ou fotos não é permitida.

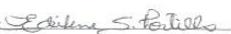
Ao concordar com os termos descritos e aceitar participar do estudo, pedimos que assine o termo em sinal de que o TCLE foi lido, formalizando o consentimento voluntário de participante.

Nome completo (Legível): ENILENE SANTOS PORTILHO

Tels: () _____

Email: _____

ASSINATURA

 , 02/05/2017.

() NÃO, o uso de minhas imagens em forma de vídeos ou fotos não é permitida.

Ao concordar com os termos descritos e aceitar participar do estudo, pedimos que assine o termo em sinal de que o TCLE foi lido, formalizando o consentimento voluntário de participante.

Nome completo (Legível): Soniza Barbosa da Silva

Tels: () 2687.8248

Email: _____

ASSINATURA

 , 1/1/17.

4 REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. A evolução do espaço agrário fluminense. **GEOgraphia**, v. 7, n. 13, 2010.

ANGULO, José Luis Gutiérrez. Mercado local, produção familiar e desenvolvimento: estudo de caso da feira de Turmalina, Vale do Jequitinhonha, MG. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 5, n. 2, 2011.

ARANHA, Antônia Vitória Soares. Relação entre o conhecimento escolar e o conhecimento produzido no trabalho: dilemas da educação do adulto trabalhador. *Trabalho e Educação*, Belo Horizonte, NETE/FaE/UFMG, v.12, p.103-114, jan./jun.2003.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Educação popular**. Editora Brasiliense, 1984.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; FREIRE, Ana Maria Araújo. **Paulo Freire, o menino que lia o mundo: uma história de pessoas, de letras e de palavras**. Unesp, 2005.

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial*, Brasília, 8 abr. 1988, v. 126, n. 66, p. 6009

BRASIL. Lei n.º 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 25 jul. 2006.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental*. – Brasília : MEC/SEF, 126p, 1997.

CARRANO, Paulo César Rodrigues. **Juventudes e cidades educadoras**. RJ: ed. Vozes, 2003.

CARVALHO Horacio Martins; COSTA, Francisco Assis. **Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro e São Paulo, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio Expressão Popular**. pg. 28-34, 2012.

CASEMIRO, A. D.; TREVIZAN, S. P. Alimentos Orgânicos: Desafios para o Domínio Público de um conceito. In: **2nd International Workshop, Advances in Cleaner Production. São Paulo: Brazil**. 2009.

CASTILLO, Alfonso; WERTHEIN, Jorge. **Educação de adultos na América Latina**. Papirus, 1985.

COLESEL, Alessandra; DE LIMA, Michelle Fernandes. O movimento da educação popular nas décadas de 1950 E 1960.

COLLA, Crislaine. et al. A escolha da feira-livre como canal de distribuição para produtos da agricultura familiar de Cascavel/PR. In: **45º CONGRESSO DE SOCIOLOGIA, ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA RURAL**. 2007. p. 1-1.

COSTA, F. A. **Formação agropecuária da Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável**. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, 2000.

DALENOGARE, V.; ALBERTI, D. L. Educação popular: saberes entrelaçados. Vivências: **Revista Eletrônica de Extensão da URI, Erechim, Rio Grande do Sul**, v.7, n.12,p. 1-8, maio, 2011.

DAROLT, Moacir Roberto. Circuitos curtos de comercialização de alimentos ecológicos: reconectando produtores e consumidores. **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós, p. 139-170, 2013.

DE CARVALHO, Flávia Giolo et al. Hábitos de compra dos clientes da feira livre de Alfenas-MG. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 12, n. 1, 2011. Disponível em: <http://200.131.250.22/revistadae/index.php/ora/article/view/39/32>. Acesso em: 03 Nov. 2016.

DE LUCENA, Thiago Isaias Nóbrega; DA SILVA CRUZ, Dalcy. Lugares que educam: O aprendizado nas feiras livres. **Revista Inter-Legere**, n. 8, 2013.

DE RUI BEISIEGEL, Celso. **Política e educação popular: a teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil**. Editora Atica, 1982.

DEMOGRÁFICO, IBGE Censo. Disponível em:< [http://www. ibge. gov. br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 11/12/2017, 2000.

DO VALE, Ana María. **Educação popular na escola pública**. Cortez Editora, 1992.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Agricultura camponesa e/ou agricultura familiar. **Anais do XIII Encontro Nacional de Geógrafos. João Pessoa: AGB**, 2002.

FONTES, Alessandro Albino et al. Análise da atividade florestal no município de Viçosa-MG. **Revista Árvore, Viçosa-MG**, v. 27, n. 4, p. 517-525, 2003.

FRANÇA, Caio Galvão de; DEL GROSSI, Mauro Eduardo; MARQUES, Vicente P. M. A. O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil. Brasília: MDA, 2009. Disponível em: <http://www.bb.com.br/docs/pub/siteEsp/agro/dwn/CensoAgropecuario.pdf>

FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação?. 8ª. **Rio de Janeiro: Paz e terra**, 1983.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática docente. **São Paulo: Paz e Terra**, 1996.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17ª. Ed. **Rio de Janeiro: Paz e Terra**, v. 3, p.33-42, 1987.

GADOTTI, Moacir. Educação popular, educação social, educação comunitária conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum. 2012.

GODOY, Wilson Itamar; ANJOS, Flávio Sacco dos. A importância das feiras livres ecológicas: um espaço de trocas e saberes da economia local. **Rev. Bras. Agroecologia**, v. 2, n. 1, p. 364-368, 2007.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. Edições Loyola, 1997.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. Rio de Janeiro: **Revista Ensaio-Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 14, n. 50, p. 11-25, 2006.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais e educação, ed. 7, **São Paulo, editora Cortez**, 2009.

HOEFKENS, Christine et al. The nutritional and toxicological value of organic vegetables: Consumer perception versus scientific evidence. **British Food Journal**, v. 111, n. 10, p. 1062-1077, 2009.

JÚNIOR, Paulo Ghiraldelli. **História da educação brasileira**. Cortez, 2006.

LAKATOS, EVA MARIA; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. ed 4., São Paulo, Atlas, 2001.

LIMA, Anna Erika Ferreira; SAMPAIO, José Levi Furtado. Aspectos da formação espacial da feira livre de Abaiara–Ceará: relações e trocas. **Anais do**, v. 19, p. 1-19, 2009.

MACHADO, A. T.; SANTILLI, J.; MAGALHÃES, R. **A agrobiodiversidade com enfoque agroecológico: implicações conceituais e jurídicas**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2008.

MACIEL, Karen de Fátima. O pensamento de Paulo Freire na trajetória da educação popular. **Revista Educação em Perspectiva**, v. 2, n. 2, 2012.

MAGER, Alfredo. Produção orgânica no País cresce: 7.959 agricultores certificados. Rio de Janeiro. Site Organicsnet, 09 abr. 2014. Entrevista disponível em: <http://www.organicsnet.com.br/2014/04/producao-organica-no-brasil-em-ascensao-7-959-agricultores-certificados/>. Acesso em: 27 Nov. 2016.

MARCONI, Marina de Andrade et al. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

MENEZES, Estera Muszkat; SILVA, Edna Lúcia da. Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. **Florianópolis: Laboratório de ensino a distancia da UFSC**, 2001.

Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, Brasília, 2013.

MOREIRA, José Moreira. Críticas ambientalistas à Revolução Verde. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 15, pp. 39-52, outubro, 2000.

OLIVEIRA, Elizabeth Serra. Movimentos Sociais e Novas Abordagens da Educação Popular Urbana. **Revista Contexto & Educação**, v. 26, n. 85, p. 157-176, 2011.

PALUDO, Conceição. Educação popular em busca de alternativas: uma leitura desde o campo democrático e popular. Porto Alegre: Tomo, 2001.

PEREIRA, Dulcinéia de Fátima Ferreira; PEREIRA, Eduardo Tadeu. Revisitando a história da educação popular no Brasil: em busca de um outro mundo possível. **Revista HISTEDBR On-Line**, v. 10, n. 40, 2010.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. Dez qualidades da agricultura familiar. **Revista Agriculturas: Experiências em Agroecologia**, n. 1, 2014.

QUEIROZ, Eça. Textos do distrito de Évora. **Coleção Obras Completas de Eça de Queiroz**. Nº da coleção XI. Editora: Círculo de Leitores. Lisboa, p. 202, 1980.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães et al. Programa de apoio às feiras e à agricultura familiar no Jequitinhonha mineiro. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, v. 2, n. 2, p. 5-9, 2005.

SAVIANI, Dermeval. Os ganhos da década perdida. **Presença Pedagógica**, v. 6, p. 50-61, 1995.

SIMAN, Lana Mara de Castro. Entre o asfalto e a terra: a fecundidade educativa do cotidiano poético da cidade. In – DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas Et al. (Orgs.). **Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente**. Belo Horizonte, Autêntica, 2010.

STIGAR, Robson; SCHUCK, Neivor. Refletindo sobre a história da educação no Brasil. 2010.

STRECK, Danilo R. A educação popular e a (re) construção do público. público. Há fogo sob as brasas? Há fogo sob as brasas?. **Revista Brasileira de educação**, v. 11, n. 32, p. 273, 2006.

TORRES, Rosa María. **Educação popular: um encontro com Paulo Freire**. Edições Loyola, 1987.

VEDANA, Viviane. Fazer a feira: estudo etnográfico das “artes de fazer” de feirantes e fregueses da Feira livre da Epatur no contexto da paisagem urbana de Porto Alegre. " **Fazer a feira**": Estudo etnográfico das " artes de fazer" de feirantes e fregueses da Feira Livre da Epatur no contexto da paisagem urbana de Porto Alegre, 2004.